

JUCESP



JUCESP PROTOCOLO
0.674.180/11-2



INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA PRIMEIRA EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, COM GARANTIAS ADICIONAIS REAL E FIDEJUSSÓRIA, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA MAESTRA NAVEGAÇÃO E LOGÍSTICA S.A.

celebrado entre

MAESTRA NAVEGAÇÃO E LOGÍSTICA S.A.
como Emissora

PLANNER TRUSTEE DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.
como Agente Fiduciário, representando a comunhão de Debenturistas

TPI - TRIUNFO PARTICIPAÇÕES E INVESTIMENTOS S.A.
como Fiadora

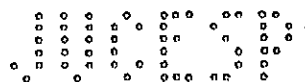
VESSEL-LOG COMPANHIA BRASILEIRA DE NAVEGAÇÃO E LOGÍSTICA S.A.

e

MAESTRA SHIPPING LLP
como Garantidoras

Datado de
13 de julho de 2011





INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA PRIMEIRA EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, COM GARANTIAS ADICIONAIS REAL E FIDEJUSSÓRIA, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA MAESTRA NAVEGAÇÃO E LOGÍSTICA S.A.

Pelo presente instrumento,

MAESTRA NAVEGAÇÃO E LOGÍSTICA S.A., sociedade por ações de capital fechado com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Gomes de Carvalho, nº 1.507, conjunto 21, 2º andar, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("**CNPJ/MF**") sob o nº 11.061.290/0001-08, neste ato representada por seu(s) representante(s) legal(is) devidamente autorizado(s) e identificado(s) nas páginas de assinaturas do presente instrumento ("**Emissora**" ou "**Companhia**"); e

PLANNER TRUSTEE DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA., sociedade limitada com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.900, 10º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 67.030.395/0001-46, neste ato representada por seu(s) representante(s) legal(is) devidamente autorizado(s) e identificado(s) nas páginas de assinaturas do presente instrumento, representando a comunhão de titulares das Debêntures ("**Debenturistas**") objeto da presente Emissão ("**Agente Fiduciário**");

e, na qualidade de intervenientes anuentes,

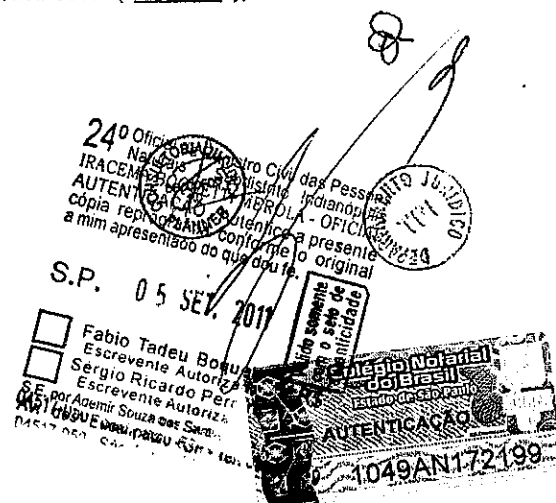
TPI TRIUNFO PARTICIPAÇÕES E INVESTIMENTOS S.A., sociedade por ações de capital aberto, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Olímpíadas, nº 205, 14º andar, conjunto 1.403, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.014.553/0001-91, neste ato representada por seu(s) representante(s) legal(is) devidamente autorizado(s) e identificado(s) nas páginas de assinaturas do presente instrumento ("**Fiadora**");

VESSEL-LOG COMPANHIA BRASILEIRA DE NAVEGAÇÃO E LOGÍSTICA S.A., sociedade por ações de capital fechado, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Olímpíadas, nº 205, 14º andar, conjunto 1.402, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 11.055.041/0001-00, neste ato representada por seu(s) representante(s) legal(is) devidamente autorizado(s) e identificado(s) nas páginas de assinaturas do presente instrumento ("**Vessel-Log**"); e

MAESTRA SHIPPING LLP, sociedade limitada (*limited liability partnership*) constituída sob as leis da Inglaterra e País de Gales, com sede em Invision House, Wilbury Way, Hitchin, Hertfordshire SG4 0TW, Inglaterra, neste ato representada por seu(s) representante(s) legal(is) devidamente autorizado(s) e identificado(s) nas páginas de assinaturas do presente instrumento ("**Maestra Shipping**" e em conjunto com a Vessel-Log, "**Garantidoras**");

sendo a Emissora, o Agente Fiduciário, a Fiadora e as Garantidoras doravante designados, em conjunto, como "**Partes**" e, individual e indistintamente, como "**Parte**";

vêm por esta e na melhor forma de direito firmar o presente "Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, Com Garantias Adicionais Real e Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, da Maestra Navegação e Logística S.A." ("**Escritura**"), mediante as cláusulas e condições a seguir.



maíscula, estejam no singular ou
que posteriormente ao seu uso.

1.1. Autorizações

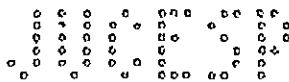
(i) Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas da Companhia, realizada em 12 de julho de 2011 ("AGE"), na qual foram deliberadas: (a) a aprovação da Emissão, bem como seus termos e condições; e (b) a autorização à Diretoria da Companhia para praticar todos os atos necessários à efetivação das deliberações consubstanciadas na AGE;

(iii) Reunião do Conselho de Administração da Fiadora, realizada em 28 de janeiro de 2011, na qual foi aprovada a Garantia Fidejussória prestada pela Fiadora; e

CLÁUSULA II REQUISITOS

A primeira emissão de debêntures simples, ou seja, não conversíveis em ações da Companhia, da espécie quirografária, com garantias adicionais real e fidejussória, em série única, da Emissora ("Debêntures"), para distribuição pública, com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM 476"), nos termos desta Escritura ("Emissão" ou "Oferta"), será realizada com observância dos seguintes requisitos:





2.1. Arquivamento na Junta Comercial do Estado de São Paulo e Publicação dos Atos Societários

2.1.1. A ata da AGE e a ata da AGE da Vessel-Log serão arquivadas na Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP") e serão publicadas no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no jornal Diário do Comércio ("Jornais de Publicação").

2.1.2. Os atos societários da Emissora que pela lei são passíveis de serem arquivados e publicados e que, eventualmente, venham a ser praticados após o registro da presente Escritura também serão arquivados na JUCESP e publicados nos Jornais de Publicação.

2.1.3. A ata de Reunião do Conselho de Administração da Fiadora, que deliberou sobre a Garantia Fidejussória, foi lavrada no Livro de Atas de Reuniões do Conselho de Administração da Fiadora em 28 de janeiro de 2011.

2.1.4. A ata da RCA da Fiadora foi lavrada no Livro de Atas de Reuniões do Conselho de Administração da Fiadora em 16 de junho de 2011.

2.2. Arquivamento da Escritura na Junta Comercial do Estado de São Paulo

2.2.1. Esta Escritura e seus eventuais aditamentos serão arquivados na JUCESP, conforme disposto no artigo 62 da Lei das Sociedades por Ações.

2.3. Constituição da Garantia Real

2.3.1. A Alienação Fiduciária de Embarcação descrita na Cláusula 3.9 desta Escritura será devidamente constituída mediante a lavratura da respectiva Escritura Pública de Alienação Fiduciária de Embarcação e sua averbação na Capitania dos Portos de Itajaí e no Tribunal Marítimo.

2.3.1.1. A Emissora deverá enviar ao Agente Fiduciário cópia autenticada dos documentos comprobatórios da averbação mencionada na Cláusula 2.3.1 acima no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis após a referida averbação na competente Capitania dos Portos e no Tribunal Marítimo.

2.3.2. A Hipoteca de Embarcação descrita na Cláusula 3.9 desta Escritura será devidamente constituída mediante a celebração dos Documentos de Hipoteca Naval, nos termos previstos na Cláusula 3.9.1.1 desta Escritura.

2.3.2.1. A Emissora deverá enviar ao Agente Fiduciário cópia autenticada dos Documentos de Hipoteca Naval, devidamente registrados perante as autoridades competentes da Libéria (*Liberian International Ship & Corporate Registry*), conforme previsto na Cláusula 8.3 abaixo, no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis após o referido registro.

2.4. Registro da Garantia Fidejussória

2.4.1. Observado o disposto na Cláusula 2.4.2 abaixo, a presente Escritura, em função da garantia fidejussória nela prestada, será devidamente registrada no competente Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, no prazo máximo de 10 (dez) dias contados da data de assinatura desta Escritura, sob pena de vencimento antecipado das Debêntures, nos termos da Cláusula 7.1 desta Escritura, exceto nas hipóteses em que não seja possível o registro desta Escritura no prazo aqui previsto em virtude de exigências apresentadas pelo respectivo Cartório de Registro de Títulos e Documentos, quando então o prazo de 10 (dez) dias passará novamente a ser contado quando da apresentação do respectivo aditamento à Escritura atendendo referidas exigências ao Cartório de Registro de Títulos e Documentos.





3.2. Número da Emissão

3.2.1. A Emissão objeto da presente Inscrição constitui a primeira emissão de Debêntures da Emissora.

3.3. Valor Total da Emissão

3.3.1. O valor total da Emissão é de R\$ 80.000.000,00 (oitenta milhões de reais), na Data de Emissão.

3.4. Número de Séries

3.4.1. A Emissão será realizada em uma única série.

3.5. Colocação e Procedimento de Distribuição

3.5.1. As Debêntures serão objeto de distribuição pública, com esforços restritos de colocação, sob regime de garantia firme de colocação da totalidade das Debêntures, com a intermediação do Banco BTG Pactual S.A. ("Coordenador Líder") e de outras instituições financeiras autorizadas a operar no sistema de distribuição de valores mobiliários que venham a ser convidadas pelo Coordenador Líder, em comum acordo com a Emissora, para participar da distribuição pública, com esforços restritos de colocação, das Debêntures, nos termos do "Contrato de Coordenação e Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, sob Regime de Garantia Firme, da Primeira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantias Adicionais Real e Fidejussória, em Série Única, da Maestra Navegação e Logística S.A.", celebrado entre a Emissora e o Coordenador Líder em 13 de julho de 2011 ("Contrato de Distribuição").

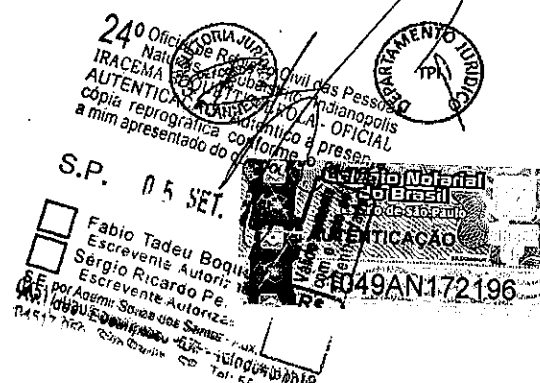
3.5.2. O plano de distribuição das Debêntures seguirá o procedimento descrito na Instrução CVM 476, conforme previsto no Contrato de Distribuição. Para tanto, o Coordenador Líder e/ou demais instituições intermediárias que venham a participar da distribuição poderão acessar, no máximo, 50 (cinquenta) Investidores Qualificados, sendo possível a subscrição ou aquisição por, no máximo, 20 (vinte) Investidores Qualificados.

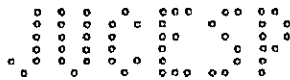
3.5.2.1. Nos termos da Instrução CVM 476 e para fins da Oferta, são considerados "Investidores Qualificados" aqueles investidores referidos no artigo 109 da Instrução CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada ("Instrução CVM 409"), observado que: (a) todos os fundos de investimento serão considerados investidores qualificados, ainda que se destinem a investidores não qualificados; e (b) as pessoas naturais e jurídicas mencionadas no inciso IV do artigo 109 da Instrução CVM 409 obrigatoriamente subscreverão e integralizarão, no âmbito da Oferta, Debêntures no montante mínimo de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais).

3.5.2.2. As Partes comprometem-se a não realizar a busca de investidores por meio de lojas, escritórios ou estabelecimentos abertos ao público, ou com a utilização de serviços públicos de comunicação, como a imprensa, o rádio, a televisão e páginas abertas ao público na rede mundial de computadores, nos termos da Instrução CVM 476.

3.5.2.3. A Emissora obriga-se a: (a) não contatar ou fornecer informações acerca da Oferta a qualquer investidor, exceto se previamente acordado com o Coordenador Líder; e (b) informar ao Coordenador Líder, até o Dia Útil imediatamente subsequente, a ocorrência de contato que receba de potenciais investidores que venham a manifestar seu interesse na Oferta, comprometendo-se desde já a não tomar qualquer providência em relação aos referidos potenciais investidores neste período.







3.8.3. A Garantia Fidejussória aqui referida, é prestada, pela Fiadora em caráter irrevogável e irretratável, e vigorará até o integral cumprimento, pela Emissora, de todas as suas obrigações previstas nesta Escritura, nos termos aqui previstos e em conformidade com o artigo 818 do Código Civil.

3.8.4. Fica desde já certo e ajustado que a inobservância, pelo Agente Fiduciário, dos prazos para execução de quaisquer garantias constituídas em favor dos Debenturistas desta Emissão não ensejará, sob hipótese nenhuma, perda de qualquer direito ou faculdade aqui prevista.

3.8.5. O Valor Garantido será pago pela Fiadora no prazo de 10 (dez) dias contados do recebimento da comunicação por escrito enviada pelo Agente Fiduciário à Fiadora informando a falta de pagamento, na data de pagamento respectiva, de qualquer valor devido pela Emissora nos termos desta Escritura, incluindo, mas não se limitando a, os montantes devidos aos Debenturistas a título de principal, Juros Remuneratórios ou encargos de qualquer natureza. Os pagamentos serão realizados pela Fiadora de acordo com os procedimentos estabelecidos nesta Escritura.

3.8.6. O pagamento citado na Cláusula 3.8.5 acima deverá ser realizado fora do âmbito da CETIP e de acordo com instruções recebidas do Agente Fiduciário.

3.8.7. A Garantia Fidejussória poderá ser executada e exigida pelo Agente Fiduciário, judicial ou extrajudicialmente, quantas vezes forem necessárias até a integral liquidação do Valor Garantido.

3.8.8. Nenhuma objeção ou oposição da Emissora poderá ser admitida ou invocada pela Fiadora com o fito de escusar-se do cumprimento de suas obrigações perante os Debenturistas.

3.8.9. A Fiadora sub-rogar-se-á nos direitos dos Debenturistas caso venha a honrar, total ou parcialmente, a Garantia Fidejussória, até o limite da parcela da dívida efetivamente por ela honrada.

3.8.10. A Garantia Fidejussória entrará em vigor na Data de Emissão, permanecendo válida em todos os seus termos até o completo, efetivo e irrevogável pagamento de todas as obrigações da Emissora decorrentes das Debêntures e desta Escritura, inclusive nos casos de repactuação ou prorrogação.

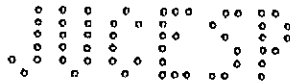
3.8.11. A Fiadora desde já reconhece como prazo determinado, para fins do artigo 835 do Código Civil, a data do pagamento integral do valor total da dívida da Emissora representada pelas Debêntures e das demais obrigações pecuniárias previstas nesta Escritura.

3.9. Garantia Real

3.9.1. Como garantia do fiel, integral e pontual pagamento de todas as obrigações assumidas ou que venham a ser assumidas pela Companhia relativas às Debêntures e demais obrigações assumidas no âmbito da Emissão, serão oferecidas aos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, as seguintes garantias reais:

- (a) alienação fiduciária da embarcação Maestra Mediterrâneo (código da embarcação IMO nº 9065261) de titularidade da Vessel-Log ("Alienação Fiduciária de Embarcação"), a ser formalizada por meio de um Instrumento Público de Alienação Fiduciária de Embarcação em Garantia e Outras Avenças, a ser celebrado entre a Vessel-Log, a Emissora e o Agente Fiduciário ("Escritura Pública de Alienação Fiduciária de Embarcação").
- (b) hipoteca da embarcação Westerdeich (Maestra Pacífico) (código da embarcação IMO nº 9074406), a ser adquirida pela Maestra Shipping ("Hipoteca de Embarcação"), a ser formalizada por meio de um Instrumento de Hipoteca Naval (*Ship Mortgage*), a ser celebrado de acordo com as leis da Libéria, entre a Maestra Shipping e o Agente Fiduciário ("Instrumento de Hipoteca Naval"), Instrumento de Garantia Pessoal (*Guarantee*), a ser



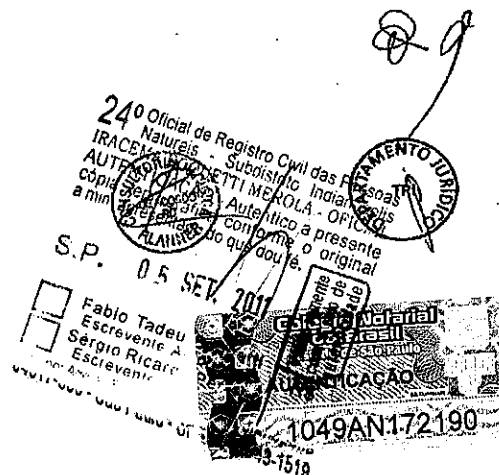


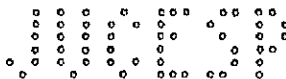
celebrado de acordo com as leis da Libéria, entre a Maestra Shipping e o Agente Fiduciário, e Acordo Tripartido (*Tripartite Deed*), a ser celebrado de acordo com as leis da Libéria, entre a Maestra Shipping, o Agente Fiduciário e a MTE Navegação & Logística S.A (todos em conjunto, "Documentos de Hipoteca Naval", e os Documentos de Hipoteca Naval em conjunto com a Alienação Fiduciária de Embarcação e a Garantia Fidejussória, denominados simplesmente "Garantias").

3.9.1.1. A Maestra Shipping se compromete a celebrar os Documentos de Hipoteca Naval quando da efetiva aquisição da embarcação Westerdeich (Maestra Pacífico), nos termos do *Memorandum of Agreement* celebrado em 20 de abril de 2011 entre a Maestra Shipping e a Westerdeich Shipping GbH & Co KG.

3.9.1.2. Desde que (i) nenhum Evento de Inadimplemento tenha ocorrido e ainda não tenha sido sanado e (ii) o valor do saldo devedor das Debêntures objeto desta Emissão (incluindo, para fins desse cálculo, os Juros Remuneratórios, os Encargos Moratórios aplicáveis e as demais obrigações pecuniárias da Emissora previstas nesta Escritura, conforme aplicável) seja igual ou inferior ao Valor de Mercado da Maestra Mediterrâneo (conforme definido abaixo) da embarcação Maestra Mediterrâneo, dada em garantia por meio da Alienação Fiduciária de Embarcação, fica desde já estabelecido entre as Partes que o ônus constituído por meio dos Documentos de Hipoteca Naval, relativo à embarcação Westerdeich (Maestra Pacífico), poderá ser liberado. A liberação do ônus constituído por meio dos Documentos de Hipoteca Naval deverá ocorrer em até 10 (dez) dias contados do recebimento, pelo Agente Fiduciário, da evidência de que o montante aqui referido foi devidamente quitado, devendo o Agente Fiduciário, às expensas exclusivas da Emissora, adotar todas as providências necessárias, inclusive perante terceiros, para referida liberação. Não será necessária qualquer aprovação prévia dos Debenturistas para a liberação de ônus aqui referida, desde que respeitados os requisitos para previstos nesta Cláusula 3.9.1.2.

3.9.1.2.1. Para fins do disposto na Cláusula 3.9.1.2 acima e determinação do valor da embarcação Maestra Mediterrâneo, as Partes desde já estabelecem que será contratada pela Companhia entidade avaliadora de reputação ilibada e com vasta experiência comprovada em avaliação de embarcações no Brasil, entidade avaliadora esta que deverá emitir laudo de avaliação determinando o valor de mercado da embarcação Maestra Mediterrâneo à época em situação de execução da garantia de Alienação Fiduciária de Embarcação ("Valor de Mercado da Maestra Mediterrâneo em Execução Forçada"). A entidade avaliadora será escolhida de comum acordo entre a Companhia e o Agente Fiduciário, sendo que, caso esses não cheguem a um consenso, cada uma delas indicará uma entidade avaliadora (ambas às expensas da Companhia) de reputação ilibada e com vasta experiência comprovada em avaliação de embarcações no Brasil, devendo neste caso ser elaborados dois laudos de avaliação determinando o Valor de Mercado da Maestra Mediterrâneo em Execução Forçada. Na hipótese de a diferença entre os valores apresentados nos respectivos laudos de avaliação ser igual ou inferior a 20% (vinte por cento), o Valor de Mercado da Maestra Mediterrâneo em Execução Forçada será aquele apurado com base na média aritmética obtida por meio de somatório de ambos os Valores de Mercado da Maestra Mediterrâneo em Execução Forçada. Na hipótese de a diferença entre os valores apresentados nos respectivos laudos de avaliação ser superior a 20% (vinte por cento), será escolhida uma terceira entidade avaliadora para definição do Valor de Mercado da Maestra Mediterrâneo em Execução Forçada, entidade avaliadora esta que será indicada pela Companhia com base em uma lista triplíce de entidades apresentada pelo Agente Fiduciário. Nesta hipótese, o Valor de Mercado da Maestra Mediterrâneo em Execução Forçada será aquele constante do laudo de avaliação emitido por este terceiro avaliador.





3.9.2. Ocorrendo um Evento de Inadimplemento e tendo ocorrido o vencimento antecipado das obrigações da Emissora em relação às Debêntures, nos termos pactuados nesta Escritura, deverão ser observadas as disposições da Escritura Pública de Alienação Fiduciária de Embarcação e dos Documentos de Hipoteca Naval com relação à utilização dos recursos recebidos em decorrência da excussão das respectivas garantias.

3.9.3. Os principais termos e condições aplicáveis à Alienação Fiduciária de Embarcação e à Hipoteca de Embarcação, bem como os direitos e obrigações delas decorrentes, estão detalhados na Escritura Pública de Alienação Fiduciária de Embarcação e nos Documentos de Hipoteca Naval, respectivamente.

3.9.4. Fica certo e ajustado o caráter não excludente, mas cumulativo entre si, das Garantias, podendo o Agente Fiduciário executar todas ou cada uma delas indiscriminadamente, conjunta ou separadamente, para os fins de amortizar ou liquidar as obrigações pecuniárias da Emissora devidas nos termos das Debêntures e assumidas nesta Escritura.

3.9.4.1. Para fins do disposto na Cláusula 3.9.4 acima, o Agente Fiduciário poderá, a seu exclusivo critério, promover preferencialmente a execução da embarcação de menor relevância para as atividades do grupo econômico da Emissora, desde que o valor de tal embarcação seja suficiente para o pagamento do saldo devedor das Debêntures (incluindo, para fins desse cálculo, os Juros Remuneratórios, e as demais obrigações pecuniárias da Emissora previstas nesta Escritura, conforme aplicável), bem como as demais obrigações pecuniárias da Emissora decorrentes desta Escritura e das Garantias, se for o caso.

3.9.5. Em que pese o disposto na cláusula 3.9.4.1, para a devida clareza, o Agente Fiduciário seguirá a orientação dos Debenturistas reunidos em assembleia geral com relação à realização privada da Alienação Fiduciária de Embarcação a execução dos Documentos de Hipoteca Naval (inclusive a Hipoteca de Embarcação), sendo que a instrução dos Debenturistas deverá contemplar procedimento que, de boa fé, vise a tentar obter (se a excussão for por meio de realização privada da Alienação Fiduciária de Embarcação e dos Documentos de Hipoteca Naval (inclusive da Hipoteca de Embarcação)) o maior valor possível para tais garantias, observado o disposto na Cláusula Quarta da Escritura Pública de Alienação Fiduciária de Embarcação com relação à excussão de garantias, conforme aplicável.

CLÁUSULA IV CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

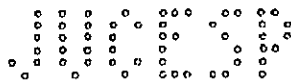
4.1. Características Básicas

4.1.1. **Data de Emissão:** Para todos os fins e efeitos, a data de emissão das Debêntures será o dia 15 de julho de 2011 ("Data de Emissão").

4.1.2. **Conversibilidade, Tipo e Forma:** As Debêntures serão simples, ou seja, não conversíveis em ações de emissão da Emissora. As Debêntures serão escriturais e nominativas, sem emissão de cautelares ou certificados.

4.1.3. **Espécie:** As Debêntures serão da espécie quirografária, com garantias adicionais real e fidejussória, até que sejam, nos termos da Cláusula 4.1.3.1 abaixo, convoladas para Debêntures da espécie com garantia real.





4.1.3.1. Não obstante o disposto na Cláusula 4.1.3, acima, a Emissora e os Debenturistas, neste ato representados pelo Agente Fiduciário, desde já concordam que, a partir do momento em que a Alienação Fiduciária de Embarcação ou a Hipoteca de Embarcação for devidamente constituída, o que ocorrer primeiro, as Debêntures serão automaticamente convoladas da espécie quirografária para a espécie com garantia real.

4.1.3.2. A Emissora deverá enviar ao Agente Fiduciário comunicação escrita informando a data em que a Alienação Fiduciária de Embarcação ou a Hipoteca de Embarcação foi devidamente constituída e as Debêntures foram automaticamente convoladas em debêntures da espécie com garantia real. A Emissora e o Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debenturistas, deverão, em até 15 (quinze) dias contados da convalidação automática das Debêntures da espécie quirografária para espécie com garantia real, celebrar aditamento à presente Escritura, conforme modelo presente no Anexo I à presente Escritura, para formalizar a convalidação da espécie das Debêntures de quirografária para com garantia real, ficando acordado entre a Emissora e o Agente Fiduciário que não será necessária a realização de Assembleia Geral de Acionistas da Emissora ou de Assembleia Geral de Debenturistas para aprovação da referida convalidação e consequente celebração do mencionado aditamento. Os Debenturistas, ao subscreverem ou adquirirem Debêntures desta Emissão, anuem e concordam de maneira irrevogável e irretirável à convalidação das Debêntures para a espécie com garantia real.

4.1.3.3. A Emissora se obriga a informar à CETIP, por escrito, a data específica na qual a convalidação das Debêntures para a espécie com garantia real ocorreu, informação esta que deverá ser apresentada à CETIP em até 10 (dez) dias contados da data do arquivamento do aditamento de que trata a Cláusula 4.1.3.2 acima na JUCESP.

4.1.4. **Prazo e Datas de Vencimento:** As Debêntures terão prazo de vencimento de 48 (quarenta e oito) meses a contar da Data de Emissão, com vencimento final previsto para 15 de julho de 2015 ("**Data de Vencimento**"). Na respectiva Data de Vencimento, a Emissora se obriga a proceder à liquidação das Debêntures que ainda estiverem em circulação, pelo seu Valor Nominal Unitário ou Saldo do Valor Nominal Unitário, acrescido de Juros Remuneratórios calculados *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão ou a Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios imediatamente anterior, conforme o caso, até a Data de Vencimento.

4.1.5. **Valor Nominal Unitário:** O valor nominal unitário das Debêntures será de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), na Data de Emissão ("**Valor Nominal Unitário**").

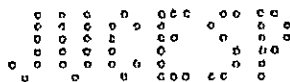
4.1.6. **Quantidade de Debêntures:** Serão emitidas 80 (oitenta) Debêntures.

4.2. Remuneração

4.2.1. **Atualização Monetária:** o Valor Nominal Unitário das Debêntures não será atualizado.

4.2.2. **Juros Remuneratórios:** sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures ou sobre o Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso, incidirão juros remuneratórios correspondentes à 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, extragrupo, na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP, no informativo diário disponível em sua página na internet (<http://www.cetip.com.br>) ("**Taxa DI**"), acrescida de um *spread* ou sobretaxa de 2,55% (dois inteiros e cinquenta e cinco centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis ("**Juros Remuneratórios**"). Os Juros Remuneratórios serão calculados em regime de capitalização composta de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis*, por Dias Úteis decorridos, a partir da Data de Emissão ou da Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios imediatamente anterior, conforme o caso, até a data de seu efetivo pagamento.





4.2.2.1. Observada a periodicidade prevista na Cláusula 4.4 abaixo, os Juros Remuneratórios serão pagos ao final de cada Período de Capitalização ou na data da liquidação antecipada das Debêntures resultante: (a) do vencimento antecipado das Debêntures, em razão da ocorrência de um dos Eventos de Inadimplemento; ou (b) do Resgate Antecipado Facultativo, conforme aplicável.

4.2.2.2. Os Juros Remuneratórios serão calculados com base na seguinte fórmula:

$$J = VNe \times (FatorJuros - 1)$$

onde,

J = valor dos Juros Remuneratórios devidos ao final de cada Período de Capitalização, calculado com 6 (seis) casas decimais sem arredondamento;

VNe = Valor Nominal Unitário ou Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

FatorJuros = fator de juros, calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado de acordo com a seguinte fórmula:

$$FatorJuros = (FatorDI \times FatorSpread)$$

onde,

FatorDI = produtório das Taxas DI_k , da data de início de capitalização, inclusive, até a data de cálculo, exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorDI = \prod_{k=1}^{n_{DI}} [1 + (TDI_k)]$$

onde,

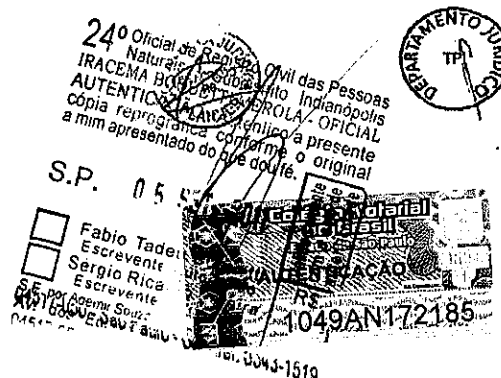
k = número de ordens das Taxas DI, variando de 1 (um) até n_{DI} .

n_{DI} = número total de Taxas DI, consideradas na apuração do "FatorDI", sendo " n_{DI} " um número inteiro; e

TDI_k = Taxa DI_k , de ordem k, expressa ao dia, calculado com 8 (oito) casas decimais com arredondamento, apurada da seguinte forma:

$$TDI_k = \left(\frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

onde,



DI_k = Taxa DI, de ordem k, expressa na forma percentual, divulgada pela CETIP, válida por 1 (um) Dia Útil (*overnight*), utilizada com 2 (duas) casas decimais;

FatorSpread = sobretaxa de juros fixos calculada com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, calculado conforme fórmula abaixo:

$$\text{FatorSpread} = (\text{spread} + 1)^{\frac{DP}{252}}$$

onde,

spread = 0,0255; e

DP = número de Dias Úteis entre a Data de Emissão ou a Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios imediatamente anterior, conforme o caso, e a data atual, sendo "DP" um número inteiro.

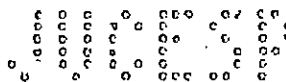
4.2.2.3. Observações:

- (a) O fator resultante da expressão $(1 + TDI_k)$ é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento;
- (b) Efetua-se o produtório dos fatores diários $(1 + TDI_k)$, sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado;
- (c) Uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante "Fator DI" com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento;
- (d) O fator resultante da expressão $(\text{FatorDI} \times \text{FatorSpread})$ é considerado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento; e
- (e) A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pelo órgão responsável pelo seu cálculo, salvo quando expressamente indicado de outra forma.

4.2.2.4. Se na data de vencimento de quaisquer obrigações pecuniárias da Emissora decorrentes desta Escritura não houver divulgação da Taxa DI pela CETIP, será aplicada na apuração de TDI_k a última Taxa DI divulgada, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os Debenturistas quando da divulgação posterior da Taxa DI que seria aplicável. Se a não divulgação da Taxa DI for superior ao prazo de 10 (dez) dias consecutivos ou caso seja extinta, ou haja a impossibilidade legal de aplicação da Taxa DI a quaisquer obrigações pecuniárias da Emissora decorrentes desta Escritura, aplicar-se-á o disposto nas Cláusulas 4.2.2.5, 4.2.2.6 e 4.2.2.8 abaixo.

4.2.2.5. No caso de extinção, ausência de apuração e/ou divulgação por mais de 10 (dez) dias consecutivos após a data esperada para sua apuração e/ou divulgação, ou impossibilidade legal de aplicação da Taxa DI às Debêntures, ou determinação judicial proibindo tal aplicação, o Agente Fiduciário deverá, no prazo máximo de 5 (cinco) Dias Úteis a contar, conforme o caso: (a) do primeiro Dia Útil após a extinção da Taxa DI; (b) do primeiro Dia Útil após o período de 10 (dez) dias consecutivos em que a Taxa DI não tenha sido apurada e/ou divulgada; ou (c) do primeiro Dia Útil após a existência de impossibilidade legal ou de determinação judicial proibindo a aplicação da Taxa DI, convocar a Assembleia Geral de Debenturistas (no modo e prazos estipulados na Cláusula X desta





Escritura e no artigo 124 da Lei das Sociedades por Ações), para a deliberação, de comum acordo com a Emissora, observada a regulamentação aplicável, o novo parâmetro a ser utilizado para fins de cálculo dos Juros Remuneratórios que serão aplicados, observado o disposto na Cláusula 4.2.2.6 abaixo. Até a deliberação do novo parâmetro a ser utilizado para fins de cálculo dos Juros Remuneratórios, será utilizada a última Taxa DI divulgada quando do cálculo de quaisquer obrigações previstas nesta Escritura, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os Debenturistas quando da definição do novo parâmetro a ser utilizado para fins de cálculo dos Juros Remuneratórios.

4.2.2.6. Caso não haja acordo sobre o novo parâmetro a ser utilizado para fins de cálculo dos Juros Remuneratórios entre a Emissora e os Debenturistas representando, no mínimo, 51% (cinquenta e um por cento) das Debêntures em Circulação, a Emissora deverá optar, a seu exclusivo critério, por uma das alternativas a seguir estabelecidas, obrigando-se a comunicar ao Agente Fiduciário, por escrito, no prazo máximo de 15 (quinze) Dias Úteis contados da data da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas qual a alternativa escolhida:

(a) resgatar antecipadamente e, consequentemente, cancelar antecipadamente a totalidade das Debêntures em Circulação, no prazo de até 30 (trinta) dias contados da data da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas, pelo seu Valor Nominal Unitário ou Saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, acrescido dos Juros Remuneratórios devidos até a data do efetivo resgate, calculados *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão ou da Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios imediatamente anterior, conforme o caso. Nesta alternativa, para cálculo dos Juros Remuneratórios com relação às Debêntures a serem resgatadas, será utilizado para a apuração de TDIK o valor da última Taxa DI divulgada oficialmente, observadas ainda as demais disposições previstas na Cláusula 4.2.2 e seguintes desta Escritura para fins de cálculo dos Juros Remuneratórios; ou

(b) amortizar integralmente a totalidade das Debêntures em Circulação, em cronograma a ser estipulado pela Emissora, o qual não excederá a Data de Vencimento e as Datas de Amortização estipuladas nesta Escritura. Durante o prazo a ser estipulado pela Emissora para a amortização das Debêntures em Circulação, a periodicidade do pagamento dos Juros Remuneratórios continuará sendo aquela estabelecida na Cláusula 4.4.1 desta Escritura, observado que até a amortização integral das Debêntures em Circulação será utilizado um novo parâmetro para fins de cálculo dos Juros Remuneratórios que serão aplicados, a ser definido a critério dos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para este fim, devendo a Emissora, obrigatoriamente, ser convocada para tal Assembleia Geral de Debenturistas.

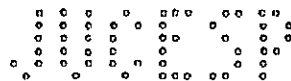
4.2.2.7. Farão jus à amortização prevista na alínea "b" da Cláusula 4.2.2.6 acima os Debenturistas que forem titulares de Debêntures no Dia Útil imediatamente anterior à respectiva data de pagamento.

4.2.2.8. Não obstante o disposto acima, caso a Taxa DI venha a ser divulgada ou apurada antes da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas descrita na Cláusula 4.2.2.6 acima, a referida Assembleia não será mais realizada e a Taxa DI então divulgada será utilizada para o cálculo dos Juros Remuneratórios.

4.2.3. Para fins da presente Escritura, a expressão "Dia(s) Útil(eis)" significa qualquer dia, exceto pelos sábados, domingos ou feriados nacionais ou dia em que os bancos deverão ou poderão, por lei ou ordem executiva, estar fechados na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, conforme estabelecido pelo Banco Central do Brasil.

4.2.4. Para fins da presente Escritura, entende-se por "Período de Capitalização" o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios imediatamente anterior, no caso dos demais Períodos de





Capitalização, e termina na próxima Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade até o vencimento das Debêntures.

4.2.5. Para fins da presente Escritura, a expressão "Saldo do Valor Nominal Unitário" significa o Valor Nominal Unitário das Debêntures remanescente após cada Data de Amortização.

4.3. Amortização do Valor Nominal Unitário

4.3.1. O Valor Nominal Unitário das Debêntures será amortizado mensalmente, a partir do 12º (décimo segundo) mês contado da Data de Emissão (inclusive), sendo o primeiro pagamento devido em 16 de julho de 2012 e o último pagamento na Data de Vencimento, conforme tabela a seguir (cada uma dessas datas, uma "Data de Amortização"):

| Datas de Amortização | Percentual do Valor Nominal Unitário das Debêntures a ser Amortizado |
|-------------------------|--|
| 16 de julho de 2012 | 2,70% |
| 15 de agosto de 2012 | 2,70% |
| 17 de setembro de 2012 | 2,70% |
| 15 de outubro de 2012 | 2,70% |
| 16 de novembro de 2012 | 2,70% |
| 17 de dezembro de 2012 | 2,70% |
| 15 de janeiro de 2013 | 2,70% |
| 15 de fevereiro de 2013 | 2,70% |
| 15 de março de 2013 | 2,70% |
| 15 de abril de 2013 | 2,70% |
| 15 de maio de 2013 | 2,70% |
| 17 de junho de 2013 | 2,70% |
| 15 de julho de 2013 | 2,70% |
| 15 de agosto de 2013 | 2,70% |
| 16 de setembro de 2013 | 2,70% |
| 15 de outubro de 2013 | 2,70% |
| 18 de novembro de 2013 | 2,70% |
| 16 de dezembro de 2013 | 2,70% |
| 15 de janeiro de 2014 | 2,70% |
| 17 de fevereiro de 2014 | 2,70% |
| 17 de março de 2014 | 2,70% |
| 15 de abril de 2014 | 2,70% |
| 15 de maio de 2014 | 2,70% |
| 16 de junho de 2014 | 2,70% |
| 15 de julho de 2014 | 2,70% |
| 15 de agosto de 2014 | 2,70% |
| 15 de setembro de 2014 | 2,70% |
| 15 de outubro de 2014 | 2,70% |
| 17 de novembro de 2014 | 2,70% |
| 15 de dezembro de 2014 | 2,70% |
| 15 de janeiro de 2015 | 2,70% |
| 18 de fevereiro de 2015 | 2,70% |
| 16 de março de 2015 | 2,70% |
| 15 de abril de 2015 | 2,70% |

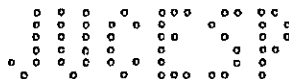
240 Oficial de Registro Civil das Pessoas Naturais
IRACEMA BOQUELLO DE OLIVEIRA
AUTENTICAÇÃO
cópia relacionada ao presente a mim apresentada conforme o original

S.P. 05 SET. 2015

Fabio Tadeu Boque
Escriturante Autorizado
Sérgio Ricardo Peres
Escriturante Autorizado
SE por Agnir Souza dos Santos
14517-000 São Paulo - SP

1049AN172188

DEPARTAMENTO JUDICIAL



| Datas de Amortização | Percentual do Valor Nominal Unitário das Debêntures a serem Amortizado |
|----------------------|--|
| 15 de maio de 2015 | 2,70% |
| 15 de junho de 2015 | 2,70% |
| 15 de julho de 2015 | 2,80% |
| TOTAL | 100% |

4.4. Periodicidade de Pagamento dos Juros Remuneratórios

4.4.1. O pagamento dos Juros Remuneratórios será feito mensalmente, a partir do 12º (décimo segundo) mês contado da Data de Emissão (inclusive), sendo o primeiro pagamento devido em 15 de julho de 2012 e o último pagamento na Data de Vencimento (cada uma dessas datas, uma "Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios").

4.5. Local de Pagamento

4.5.1. Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados pela Emissora utilizando-se, conforme o caso: (a) dos procedimentos adotados pela CETIP, para as Debêntures custodiadas eletronicamente no SND; e/ou (b) dos procedimentos adotados pelo Banco Mandatário, para as Debêntures que não estejam custodiadas eletronicamente na CETIP.

4.6. Prorrogação dos Prazos

4.6.1. Considerar-se-ão automaticamente prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação decorrente desta Escritura por quaisquer das Partes, inclusive pelos Debenturistas, no que se refere à integralização das Debêntures, até o 1º (primeiro) Dia Útil subsequente, se a data do vencimento coincidir com dia em que não houver expediente comercial ou bancário no local de pagamento das Debêntures, conforme indicado na Cláusula 4.5 acima, sem qualquer acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados pela CETIP, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com feriado nacional, sábado ou domingo.

4.7. Encargos Moratórios

4.7.1. Sem prejuízo dos Juros Remuneratórios, ocorrendo impontualidade no pagamento de qualquer quantia devida aos Debenturistas, os débitos em atraso ficarão sujeitos, desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, independente de aviso ou notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, a: (a) juros moratórios à razão de 1% (um por cento) ao mês sobre o montante devido; e (b) multa convencional, irredutível e de natureza compensatória, de 2% (dois por cento) sobre o valor devido e não pago ("Encargos Moratórios").

4.8. Decadência dos Direitos aos Acréscimos

4.8.1. O não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias devidas pela Emissora nas datas previstas nesta Escritura, ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento dos Juros Remuneratórios e/ou Encargos Moratórios no período relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.



4.9. Preço de Subscrição

4.9.1. As Debêntures serão subscrias e integralizadas, no mercado primário, pelo seu Valor Nominal Unitário, acrescido dos Juros Remuneratórios, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data de sua integralização, de acordo com o disposto na Cláusula 4.2 desta Escritura ("Preço de Subscrição").

4.10. Forma de Integralização

4.10.1. As Debêntures serão integralizadas à vista, no ato da subscrição, em moeda corrente nacional, pelo Preço de Subscrição, de acordo com as normas de liquidação aplicáveis à CETIP.

4.11. Repactuação

4.11.1. Não haverá repactuação das Debêntures.

4.12. Publicidade

4.12.1. Todos os atos e decisões a serem tomados decorrentes desta Emissão que, de qualquer forma, vierem a envolver interesses dos Debenturistas, deverão ser obrigatoriamente comunicados na forma de avisos, no jornal Diário do Comércio ou outro jornal que venha a ser designado para tanto por assembleia geral de acionistas da Companhia, bem como na página da Emissora na rede mundial de computadores (www.maestralogistica.com) ("Avisos aos Debenturistas"), observado o estabelecido no artigo 289 da Lei das Sociedades por Ações e as limitações impostas pela Instrução CVM 476 em relação à publicidade da oferta pública das Debêntures e os prazos legais.

4.13. Comprovação de Titularidade das Debêntures

4.13.1. A Emissora não emitirá certificados de Debêntures. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato emitido pela Instituição Escriuradora. Adicionalmente, será reconhecido como comprovante de titularidade das Debêntures, o extrato emitido pela CETIP, em nome do Debenturista, quando esses títulos estiverem custodiados eletronicamente no SND.

4.14. Imunidade de Debenturistas

4.14.1. Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Mandatário e à Emissora, no prazo mínimo de 10 (dez) Dias Úteis de antecedência em relação à prevista para recebimento de quaisquer valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontados dos seus rendimentos os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor.

CLÁUSULA V ADITAMENTOS À PRESENTE ESCRITURA

5.1. Quaisquer aditamentos a esta Escritura deverão ser celebrados pela Emissora e pelo Agente Fiduciário e posteriormente arquivados na JUCESP e registrados no(s) competente(s) Cartório(s) de Registro de Títulos e Documentos.



CLÁUSULA VI
RESGATE ANTECIPADO FACULTATIVO E AQUISIÇÃO FACULTATIVA

6.1. Resgate Antecipado Facultativo

6.1.1. A Emissora poderá, a partir a Data de Emissão, mediante deliberação em Reunião do Conselho de Administração da Emissora, realizar o resgate antecipado, total ou parcial, das Debêntures em Circulação ("Resgate Antecipado Facultativo"), mediante o pagamento do seu Valor Nominal Unitário, acrescido: (a) dos Juros Remuneratórios calculados desde a Data da Emissão ou a Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo resgate; e (b) de um prêmio, calculado *pro rata temporis*, incidente sobre o saldo devedor atualizado das Debêntures a serem resgatadas, de acordo com os termos descritos na Cláusula 6.1.1.1 abaixo, desde que seja enviada notificação ou publicado comunicado aos Debenturistas ("Comunicação de Resgate") com 10 (dez) Dias Úteis de antecedência da data em que se pretende realizar o efetivo Resgate Antecipado Facultativo ("Data de Resgate Antecipado").

6.1.1.1. O prêmio mencionado na alínea "b" da Cláusula 6.1.1 acima será equivalente a 1% (um por cento) ao ano sobre o valor total a ser resgatado, calculado *pro rata temporis* a partir da Data de Resgate Antecipado até a Data de Vencimento.

6.1.1.2. Os Debenturistas que, a seu exclusivo critério, optarem pela adesão ao Resgate Antecipado Facultativo deverão se manifestar perante o Agente Fiduciário, no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da publicação da Comunicação de Resgate sobre a sua intenção de participar no Resgate Antecipado Facultativo na forma prevista na referida Comunicação de Resgate.

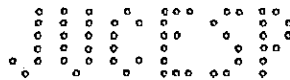
6.1.2. Na Comunicação de Resgate deverá constar: (a) a Data de Resgate Antecipado respectiva; (b) se o Resgate Antecipado Facultativo será total ou parcial; (c) a menção de que o valor correspondente ao pagamento do Valor Nominal Unitário das Debêntures ou Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso, será acrescido (i) de Juros Remuneratórios calculados *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou desde a Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios imediatamente anterior, conforme o caso, até a Data de Resgate Antecipado, e (ii) de prêmio de resgate; e (d) quaisquer outras informações necessárias à operacionalização do Resgate Antecipado Facultativo.

6.1.3. Na hipótese de deliberação de Resgate Antecipado Facultativo parcial, adotar-se-á o critério de sorteio, a ser coordenado pelo Agente Fiduciário e com divulgação do resultado a todos os Debenturistas por meio da Comunicação de Resgate, inclusive no que concerne às regras do sorteio, nos termos do parágrafo segundo do artigo 55 da Lei das Sociedades por Ações.

6.1.4. No caso do Resgate Antecipado Facultativo parcial mencionado acima para as Debêntures custodiadas eletronicamente no SND, a operacionalização do Resgate Antecipado Facultativo será realizada por meio de "operação de compra e venda definitiva no mercado secundário", sendo que todas as etapas desse processo, tais como habilitação dos Debenturistas, qualificação, sorteio, apuração, definição do rateio e de validação da quantidade de Debêntures a serem resgatadas serão realizadas fora do âmbito da CETIP. Adicionalmente, caso a CETIP venha a implementar outra funcionalidade para operacionalizar o Resgate Antecipado Facultativo parcial, não haverá a necessidade de ajuste a esta Escritura ou qualquer outra formalidade.

6.1.5. No caso de Resgate Antecipado Facultativo total das Debêntures que estiverem custodiadas eletronicamente no SND, o Resgate Antecipado Facultativo total seguirá os procedimentos de liquidação de eventos adotados pela CETIP.





6.1.6. A CETIP deverá ser notificada pela Emissora, sobre o respectivo Resgate Antecipado Facultativo com antecedência mínima de 2 (dois) Dias Úteis da respectiva Data de Resgate Antecipado, por meio de correspondência com o de acordo do Agente Fiduciário.

6.1.7. As Debêntures resgatadas pela Emissora, conforme previsto nesta Cláusula VI, serão obrigatoriamente canceladas.

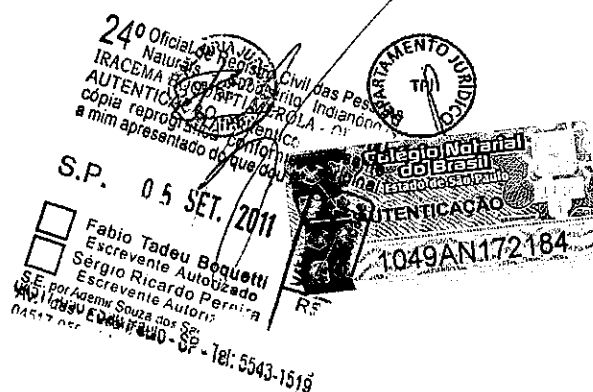
6.2. Aquisição Facultativa

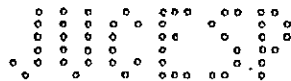
6.2.1. A Emissora poderá, a qualquer tempo, a seu exclusivo critério, observadas as restrições de negociação e prazo previsto na Instrução CVM 476 e o disposto no parágrafo terceiro do artigo 55 da Lei das Sociedades por Ações, adquirir qualquer quantidade de Debêntures em Circulação, as quais poderão ser canceladas, permanecer na tesouraria da Emissora ou ser novamente colocadas no mercado, conforme as regras expedidas pela CVM, devendo tal fato constar do relatório da administração e das demonstrações financeiras da Emissora. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria nos termos desta Cláusula 6.2.1, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma remuneração das demais Debêntures em Circulação.

CLÁUSULA VII VENCIMENTO ANTECIPADO

7.1. Observado o disposto nas Cláusulas 7.1.3 a 7.1.8 abaixo, o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, todas as obrigações decorrentes das Debêntures e exigir o imediato pagamento pela Emissora, mediante o envio de notificação contendo as respectivas instruções para pagamento, do Valor Nominal Unitário ou do Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures em Circulação, acrescido de Juros Remuneratórios, calculados *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão ou Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento, ao tomar ciência da ocorrência de quaisquer das seguintes hipóteses (cada um desses eventos, um "Evento de Inadimplemento"):

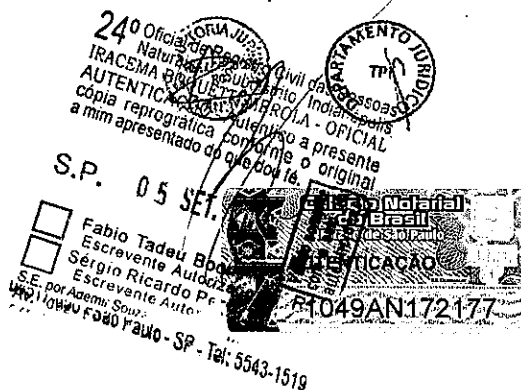
- (a) descumprimento, pela Emissora ou pela Fiadora, de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura, não sanada no prazo de até 2 (dois) Dias Úteis;
- (b) descumprimento, pela Emissora ou pela Fiadora, de qualquer obrigação não pecuniária estabelecida nesta Escritura, não sanada no prazo de 20 (vinte) dias contados da data do recebimento de notificação nesse sentido enviada pelo Agente Fiduciário, sendo que esse prazo não se aplica às obrigações para as quais tenha sido estipulado prazo de cura específico;
- (c) descumprimento, pela Emissora, de qualquer obrigação estabelecida na Escritura Pública de Alienação Fiduciária de Embarcação e, quando firmados, nos Documentos de Hipoteca Naval;
- (d) ocorrência de (i) dissolução, liquidação ou extinção da Emissora e/ou da Fiadora; (ii) decretação de falência da Emissora e/ou da Fiadora; (iii) ingresso pela Emissora e/ou pela Fiadora em juízo com requerimento de recuperação judicial, independentemente de seu deferimento pelo juiz competente; ou (iv) qualquer evento análogo que caracterize o encerramento das atividades da Emissora e/ou da Fiadora;
- (e) protesto de títulos em valor individual ou agregado superior a (i) R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) contra a Emissora ou a Fiadora ou qualquer sociedade controlada ou coligada da Emissora ou da Fiadora, consideradas individualmente, ou (ii) a (ii)

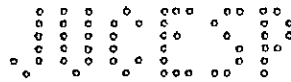




R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais), contra a Emissora, a Fiadora ou qualquer sociedade controlada ou coligada da Emissora ou da Fiadora, consideradas conjuntamente, por cujo pagamento a Emissora, a Fiadora ou qualquer sociedade controlada ou coligada da Emissora ou da Fiadora, conforme o caso, seja responsável, salvo se a Emissora, a Fiadora ou qualquer sociedade controlada ou coligada da Emissora ou da Fiadora, conforme o caso, comprovar, por meio de prova documental, em até 30 (trinta) dias contados do referido protesto que: (w) o protesto foi realizado por terceiros de má-fé; (x) o protesto foi elidido no prazo legal; (y) o protesto foi cancelado; ou (z) foram prestadas e aceitas pelo Poder Judiciário garantias em juízo;

- (f) inscrição (i) da Emissora, da Fiadora ou de qualquer sociedade controlada ou coligada da Emissora ou da Fiadora, consideradas individualmente, em qualquer órgão de restrição de crédito, tais como Serviço de Proteção ao Crédito - SPC, SERASA, Cadastro de Emitentes de Cheques sem Fundo ou Serviços de Informações do Banco Central - Sisbacen por valor individual ou agregado superior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais); ou (ii) da Emissora, da Fiadora ou de qualquer sociedade controlada ou coligada da Emissora ou da Fiadora, consideradas conjuntamente, em qualquer órgão de restrição de crédito, tais como Serviço de Proteção ao Crédito - SPC, SERASA, Cadastro de Emitentes de Cheques sem Fundo ou Serviços de Informações do Banco Central - Sisbacen por valor individual ou agregado superior a R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais);
- (g) caso seja proferida uma ou mais sentenças arbitrais definitivas ou judiciais transitadas em julgado em face da Emissora, da Fiadora ou de qualquer das controladas ou coligadas da Emissora ou da Fiadora, que, em conjunto ou isoladamente, resulte ou possa resultar em obrigação de pagamento para a Emissora, a Fiadora ou para qualquer das controladas ou coligadas da Emissora ou da Fiadora em valor individual ou agregado superior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), para as quais não tenha sido feita provisão para pagamento;
- (h) inadimplemento (i) de qualquer dívida e/ou obrigação pecuniária em valor individual ou agregado superior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) em qualquer acordo ou contrato do qual a Emissora, a Fiadora ou de qualquer das controladas ou coligadas da Emissora ou da Fiadora, consideradas individualmente, seja parte; ou (ii) de qualquer dívida e/ou obrigação pecuniária em valor superior a R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais) em qualquer acordo ou contrato do qual a Emissora, a Fiadora ou de qualquer das controladas ou coligadas da Emissora ou da Fiadora, consideradas conjuntamente, seja parte;
- (i) inveracidade, incorreção ou descumprimento, em qualquer aspecto relevante, de quaisquer das declarações ou garantias prestadas pela Emissora e/ou pela Fiadora nesta Escritura e/ou em quaisquer documentos no âmbito da Oferta;
- (j) transformação da Emissora e/ou da Fiadora em sociedade limitada, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das Sociedade por Ações, ou caso Emissora e/ou a Fiadora sofram mudanças estruturais, tais como cisão parcial ou total, fusão, *drop down* de ativos, redução de capital ou mudança de controle que possam levar ao descumprimento das obrigações assumidas nesta Escritura;
- (k) não constituição, pela Emissora, de quaisquer das Garantias previstas nesta Escritura, na forma estabelecida nesta Escritura, na Escritura Pública de Alienação de Embarcação e/ou, quando firmados, nos Documentos de Hipoteca Naval;





- (l) não renovação, cancelamento, revogação ou suspensão das autorizações e licenças, inclusive as ambientais, relevantes para o regular exercício das atividades desenvolvidas pela Emissora, pela Fiadora, sua controladora e/ou por qualquer de suas controladas ou coligadas, exceto se, dentro do prazo de 30 (trinta) dias a contar da data de tal renovação, cancelamento, revogação ou suspensão, a Emissora e/ou a Fiadora comprovem a existência de provimento jurisdicional suspendendo os efeitos da não renovação, cancelamento, revogação ou suspensão das referidas autorizações e licenças;
- (m) caso, a qualquer momento durante a vigência das Debêntures, a razão entre o EBITDA e o Resultado Financeiro da Fiadora seja igual ou inferior 1,5 (um inteiro e cinco décimos); e
- (n) caso, durante a vigência das Debêntures, a razão entre a Dívida Líquida e o EBITDA da Fiadora seja igual ou superior a 3,75 (três inteiros e setenta e cinco centésimos) nas verificações trimestrais a serem realizadas pelo Agente Fiduciário nos trimestres findos em março, junho e setembro de cada ano, e 3,50 (três inteiros e cinquenta centésimos) nas verificações trimestrais a serem realizadas pelo Agente Fiduciário no trimestre findo em dezembro de cada ano, sendo que a primeira verificação trimestral pelo Agente Fiduciário ocorrerá com relação aos números divulgados relativos ao 3º (terceiro) trimestre de 2011 (sendo os índices financeiros previstos nas alíneas "m" e "n" desta Cláusula 7.1 em conjunto denominados "Índices Financeiros").

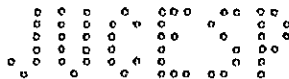
7.1.1. Para os fins desta Escritura, consideram-se:

(a) "Dívida Líquida" o somatório dos saldos das dívidas da Fiadora, consolidadas às dívidas de suas controladas e coligadas, inclusive as coligadas e controladas que estejam classificadas no balanço como participações a comercializar, incluindo dívidas da Fiadora e de suas controladas e coligadas perante pessoas físicas e/ou jurídicas, tais como mútuos, empréstimos e financiamentos com terceiros, emissão de títulos de renda fixa, conversíveis ou não em ações, nos mercados local e/ou internacional, obrigações referentes a parcelamento de tributos e/ou taxas, operações de derivativos e cessão de direitos creditórios não performados e que não contem com seguro performance; menos as disponibilidades em caixa e aplicações financeiras;

(b) "EBITDA" o lucro operacional da Fiadora consolidado ao lucro operacional de suas controladas e coligadas, inclusive as coligadas e controladas que estejam classificadas no balanço como participações a comercializar, adicionando-se (i) despesas não operacionais; (ii) despesas financeiras; (iii) despesas com amortizações e depreciações (apresentadas no fluxo de caixa método indireto) e (iv) provisão para manutenção da rodovia; e excluindo-se (x) receitas não operacionais; e (y) receitas financeiras; apurado com base nos últimos 12 (doze) meses contados da data base de cálculo do índice; e

(c) "Resultado Financeiro" a diferença entre Receitas Financeiras e Despesas Financeiras da Fiadora consolidadas à de suas controladas e coligadas, inclusive as coligadas e controladas que estejam classificadas no balanço como participações a comercializar, ao longo dos últimos 12 (doze) meses contados da data base de cálculo do índice, da qual deverão ser excluídos, para efeito da apuração dos compromissos financeiros, os juros sobre capital próprio, sendo que o Resultado Financeiro será apurado em módulo, se for negativo e, se for positivo, será considerado 1 (um).

24º Oficial de Registro Civil das Pessoas Naturais - Juízo de Direito de Iracema do Rio Preto - SP
AUTENTICAÇÃO - Autenticada a presente cópia reprogrática conforme o original a mim apresentado do que dou fé
S.P. 05 SET. 2011
Fabio Tadeu Boquetti
Escriturante Autorizado
Sérgio Ricardo Pereira
Escriturante Autorizado
1049AN172178
S.E. por Ademir Souza (ins. F. 04517 de) - São Paulo - SP - Tel: 5543-1519



7.1.2. Para fins do disposto nas alíneas "m" e "n" acima, fica, desde já acordado que os Índices Financeiros serão apurados pela Fiadora e verificados trimestralmente pelo Agente Fiduciário, com base nas demonstrações financeiras consolidadas da Fiadora nos 12 (doze) meses, e deverão incluir todas as sociedades controladas e coligadas da Fiadora, ainda que não sejam consolidadas às demonstrações financeiras da Fiadora para fins contábeis. Os Índices Financeiros deverão ser disponibilizados ao Agente Fiduciário, juntamente com relatório consolidado da memória de cálculo compreendendo todas as rubricas necessárias para a obtenção de tais Índices Financeiros, atestando a sua efetiva legalidade, legitimidade, exigibilidade, validade, ausência de vícios, suficiência de informações e veracidade, sob pena de impossibilidade de verificação e conferência pelo Agente Fiduciário, podendo o Agente Fiduciário solicitar à Fiadora e/ou aos seus auditores independentes todos os eventuais esclarecimentos adicionais que se façam necessários.

7.1.3. A ocorrência de quaisquer dos eventos descritos nas alíneas "a", "c", "d" e "j" da Cláusula 7.1 acima acarretará o vencimento antecipado automático das Debêntures, independentemente de qualquer aviso ou notificação, judicial ou extrajudicial, devendo o Agente Fiduciário, no entanto, enviar imediatamente à Emissora comunicação escrita informando tal acontecimento.

7.1.4. Na ocorrência de quaisquer dos demais eventos indicados na Cláusula 7.1 acima, exceto os citados na Cláusula 7.1.3 acima, o Agente Fiduciário deverá convocar, dentro do prazo máximo de 2 (dois) Dias Úteis contados da data em que tomar conhecimento da ocorrência de qualquer dos referidos eventos, Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre a não declaração do vencimento antecipado das Debêntures, observado o procedimento de convocação previsto na Cláusula X desta Escritura e o quorum específico estabelecido na Cláusula 7.1.5 abaixo.

7.1.5. A Assembleia Geral de Debenturistas a que se refere a Cláusula 7.1.4 acima poderá, por deliberação dos Debenturistas que representem, no mínimo, 51% (cinquenta e um por cento) das Debêntures em Circulação, determinar que o Agente Fiduciário não declare o vencimento antecipado das Debêntures.

7.1.6. Adicionalmente ao disposto nas Cláusulas 7.1.4 e 7.1.5 acima, na hipótese de não convocação da Assembleia Geral pelo Agente Fiduciário, os Debenturistas ou a Emissora poderão convocar a Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre a não declaração do vencimento antecipado das Debêntures, observado o procedimento de convocação previsto na Cláusula X desta Escritura e o quorum específico estabelecido na Cláusula 7.1.5 acima. Caso, após 30 (trinta) dias corridos contados da ocorrência do(s) respectivo(s) Evento(s) de Inadimplemento a Assembleia Geral de Debenturistas não tiver sido convocada, o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações decorrentes das Debêntures, aplicando-se o disposto na Cláusula 7.1.7 abaixo.

7.1.7. Observado o disposto nesta Cláusula VII, em caso de vencimento antecipado das Debêntures, a Emissora obriga-se a resgatar a totalidade das Debêntures com o seu consequente cancelamento, obrigando-se a pagar o Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido de Juros Remuneratórios, calculados *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão ou da Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios imediatamente anterior até a data do seu efetivo pagamento, além dos demais encargos devidos nos termos desta Escritura, em até 15 (quinze) dias corridos contados do recebimento, pela Emissora, da comunicação escrita referida na Cláusula 7.1.3 acima, sob pena de, em não o fazendo, ficar obrigada, ainda, ao pagamento dos Encargos Moratórios previstos na Cláusula 4.7 desta Escritura.

7.1.8. Uma vez vencidas antecipadamente as Debêntures, o Agente Fiduciário deverá enviar notificação à CETIP informando o vencimento antecipado.

24^o Oficial de Registro
Natura e Subjeito das Pessoas
IRACEMA BORGES SANTOS, Indígena
AUTENTICACAO - Autenticacao presencial
cópia reprográfica conforme o original
a mim apresentado do qual dou fé
S.P. 05 SET 2011
Fabio Tadeu Borges
Escriturante Autorizado
Sérgio Ricardo Pereira
Escriturante Autorizado
SE por Ademir Souza gnt S
4511000-00000000-SP
49AN172179
Tel: 5543-1519

CLÁUSULA VIII
OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA.

8.1. Observadas as demais obrigações previstas nesta Escritura, enquanto o saldo devedor das Debêntures não for integralmente pago, a Emissora obriga-se, ainda, a:

(a) fornecer ao Agente Fiduciário:

(a.1) dentro de, no máximo, 90 (noventa) dias após o término de cada exercício social, ou 3 (três) Dias Úteis após a data de sua divulgação, o que ocorrer primeiro, (i) cópia das demonstrações financeiras completas e auditadas da Emissora relativas ao respectivo exercício social, preparadas de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, acompanhadas do relatório da administração e do parecer dos auditores independentes, (ii) cópia de qualquer comunicação feita pelos auditores independentes à Emissora ou à sua administração, e respectivas respostas, com referência às demonstrações financeiras, e (iii) declaração do Diretor Presidente (ou seu equivalente) da Emissora atestando o cumprimento das obrigações constantes nesta Escritura;

(a.2) dentro de, no máximo, 45 (quarenta e cinco) dias do término de cada trimestre de seu exercício social, (i) cópia das demonstrações financeiras da Emissora, com revisão limitada nos termos das normas da CVM, relativas ao respectivo trimestre, preparadas de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, e (ii) declaração do Diretor Presidente (ou seu equivalente) da Emissora atestando o cumprimento das obrigações constantes desta Escritura;

(a.3) em até 3 (três) Dias Úteis da notificação, qualquer informação relevante para a Emissão que lhe venha a ser solicitada por escrito pelo Agente Fiduciário;

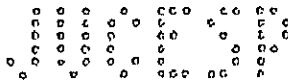
(a.4) informações a respeito da ocorrência de qualquer Evento de Inadimplemento, acompanhadas de um relatório da Emissora contendo a descrição da ocorrência e das medidas que a Emissora pretende tomar com relação a tal ocorrência, o qual deverá ser entregue ao Agente Fiduciário em até 10 (dez) Dias Úteis da verificação da ocorrência de qualquer Evento de Inadimplemento;

(a.5) dentro de 10 (dez) Dias Úteis, qualquer informação que, razoavelmente, venha a ser solicitada pelo Agente Fiduciário, a fim de que este possa cumprir as suas obrigações nos termos desta Escritura e da Instrução da CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada ("Instrução CVM 28"); e

(a.6) dentro de, no máximo, 45 (quarenta e cinco) dias do término de cada trimestre de seu exercício social, (i) cópia das demonstrações financeiras da Emissora, com revisão limitada nos termos das normas da CVM, relativas ao respectivo trimestre, preparadas de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, e (ii) declaração do Diretor Presidente (ou seu equivalente) da Emissora atestando o cumprimento das obrigações constantes desta Escritura, contendo as informações necessárias para o cálculo e acompanhamento dos Índices Financeiros;

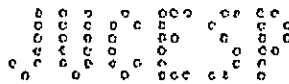
(b) comunicar ao Agente Fiduciário, no prazo previsto na alínea "a.4" acima, qualquer inadimplência no cumprimento das obrigações contraídas perante os Debenturistas;





- (c) preparar e proceder à adequada publicação dos dados econômico-financeiros, nos termos exigidos pela Lei das Sociedades por Ações e pelas regras relevantes emitidas pela CVM para emissores de valores mobiliários nos termos da Instrução CVM nº 476, promovendo a publicação das suas demonstrações financeiras anuais;
- (d) manter a sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com as práticas contábeis geralmente aceitas no Brasil, e permitir que o Agente Fiduciário (ou auditor independente por este contratado às expensas da Emissora) realize auditoria extraordinária na Emissora, sendo que a respectiva solicitação deverá ser acompanhada de relatório que fundamente a necessidade de realização da referida auditoria no prazo previsto na alínea "a.4" acima;
- (e) convocar, nos termos da Cláusula X desta Escritura, Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre qualquer das matérias que se relacione com a presente Emissão caso o Agente Fiduciário não o faça;
- (f) cumprir com todas as determinações eventualmente emanadas da CVM, como o envio de documentos, prestando, ainda, as informações que lhes forem solicitadas por aquela autarquia, caso aplicável;
-
- (g) submeter, na forma da lei, suas demonstrações financeiras a exame por empresa de auditoria independente registrada na CVM;
- (h) manter atualizados e em boa ordem seus livros e registros societários;
- (i) indicar um diretor que ficará responsável pelo atendimento, de forma eficiente, aos Debenturistas;
- (j) não realizar operações fora de seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor;
- (k) não praticar nenhum ato em desacordo com seu Estatuto Social ou com esta Escritura;
- (l) notificar o Agente Fiduciário, no prazo máximo de 3 (três) dias após a ocorrência do evento, sobre qualquer alteração substancial nas condições financeiras, econômicas, comerciais, operacionais, regulatórias ou societárias e nos negócios da Emissora e/ou de suas controladas que (i) impossibilite ou dificulte de forma relevante o cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações decorrentes desta Escritura e das Debêntures; ou (ii) faça com que as demonstrações ou informações financeiras fornecidas pela Emissora à CVM não mais reflitam a real condição financeira da Emissora;
- (m) observar as disposições da Instrução CVM nº 358, de 3 de janeiro de 2002, conforme alterada, no tocante a dever de sigilo e vedações à negociação;
- (n) tomar as medidas necessárias para:
- (n.1) preservar todos seus direitos, títulos de propriedade, concessões, licenças (inclusive licenças ambientais), alvarás e ativos necessários para continuar conduzindo seus negócios dentro do seu objeto social e das práticas comerciais usuais (observado, que, com relação às suas controladas diretas ou indiretas, nada nesta Cláusula proibirá tal controlada de dispor sobre seus ativos, observado o disposto nesta Escritura);





(n.2) manter em boas condições de conservação os bens utilizados na condução de seus negócios e na condução dos negócios de suas controladas diretas ou indiretas, excetuando-se pelo desgaste normal;

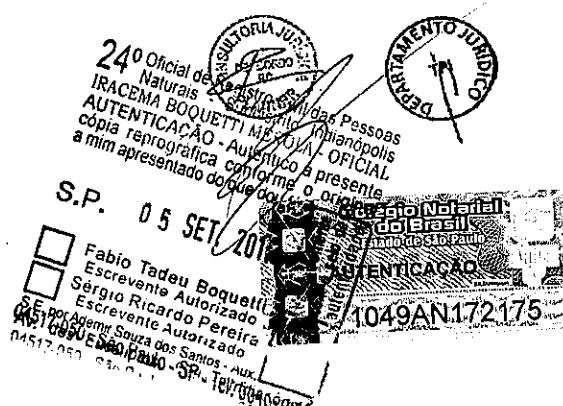
(n.3) estender as medidas listadas nas alíneas "n.1" e "n.2" acima para as sociedades sob seu controle direto ou indireto;

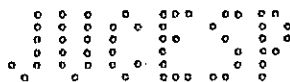
- (o) efetuar pontualmente o pagamento dos serviços relacionados ao registro das Debêntures no SND, conforme o disposto no Termo de Compromisso e Regulamento do SND, por meio da CETIP;
- (p) contratar e manter contratados, às suas expensas, durante todo o prazo de vigência das Debêntures, os prestadores de serviços inerentes às obrigações previstas nesta Escritura, incluindo: (i) Banco Mandatário e Instituição Escriitadora; (ii) Agente Fiduciário; e (iii) os sistemas de negociação das Debêntures no mercado secundário (i.e., SND);
- (q) observar as normas de conduta previstas no artigo 48 da Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada, com exceção de seu inciso III;
- (r) aplicar recursos obtidos por meio da Emissão de Debêntures estritamente conforme o descrito na Cláusula 3.7 acima;
- (s) cumprir com todas as obrigações assumidas na Escritura Pública de Alienação de Embarcação e, quando firmados, nos Documentos de Hipoteca Naval, praticando todos os atos para assegurar que as Garantias permaneçam válidas e eficazes até o cumprimento, pela Companhia, de todas as obrigações assumidas nesta Escritura, na Escritura Pública de Alienação de Embarcação e, quando firmados, nos Documentos de Hipoteca Naval;
- (t) cumprir com todas as obrigações previstas na regulamentação aplicável, em especial aquelas dispostas no artigo 17 da Instrução CVM 476;
- (u) fornecer todas as informações solicitadas pela CETIP;
- (v) não transferir ou de qualquer forma ceder ou prometer ceder a terceiros as obrigações assumidas nesta Escritura; e
- (w) colaborar com o Coordenador Líder para o atendimento integral das obrigações previstas no Comunicado CETIP nº 028/09, de 02 de abril de 2009 (conforme aplicáveis).

8.2. Observadas as demais obrigações previstas nesta Escritura, enquanto o saldo devedor das Debêntures não for integralmente pago, a Fiadora obriga-se a não praticar nenhum ato ou celebrar qualquer contrato com partes relacionadas em desacordo com o previsto no Estatuto Social da Fiadora, no Estatuto Social da Emissora e/ou na legislação aplicável.

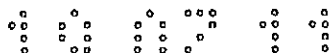
8.3. Observadas as demais obrigações previstas nesta Escritura, a Maestra Shipping obriga-se a tomar todas as medidas cabíveis de forma a finalizar a aquisição da embarcação Westerdeich (Maestra Pacífico) no menor prazo possível e, tão logo seja efetivada a aquisição da referida embarcação, por parte da Maestra Shipping, a celebrar os Documentos de Hipoteca Naval, bem como a registrar o referido instrumento perante as autoridades competentes da Libéria (*Liberian International Ship & Corporate Registry*). A Maestra Shipping deverá, ainda, fazer com que todas as obrigações a serem por ela assumidas nos Documentos de Hipoteca Naval constituam obrigações legalmente válidas e vinculantes da Maestra Shipping, exequíveis de acordo com os seus termos e condições, bem como deverá fazer com que os Documentos de Hipoteca Naval sejam considerados títulos executivos







9.3. Substituição



9.3.1. Nas hipóteses de ausência, impedimentos temporários, renúncia, morte, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, falência, ou qualquer outro caso de vacância, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias contados do evento que a determinar, Assembleia Geral de Debenturistas para a escolha do novo Agente Fiduciário, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação, ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer em até 15 (quinze) dias antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuar-la, observado o prazo de 15 (quinze) dias para a primeira convocação e 8 (oito) dias para a segunda convocação, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumar o processo de escolha do novo Agente Fiduciário. A remuneração do novo agente fiduciário será a mesma que a do Agente Fiduciário, observado o disposto na Cláusula 9.3.6 abaixo.

9.3.2. Na hipótese de não poder o Agente Fiduciário continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura, deverá comunicar imediatamente o fato aos Debenturistas, pedindo sua substituição.

9.3.3. É facultado aos Debenturistas, após o encerramento do prazo para a distribuição das Debêntures, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim. A substituição, em caráter permanente, do Agente Fiduciário fica sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 8º da Instrução CVM 28 e eventuais normas posteriores.

9.3.4. A substituição do Agente Fiduciário deverá ser objeto de aditamento a esta Escritura, devendo o mesmo ser arquivado na JUCESP.

9.3.5. O Agente Fiduciário iniciará o exercício de suas funções na data da presente Escritura ou de eventual aditamento relativo à substituição, devendo permanecer no exercício de suas funções até a Data de Vencimento das Debêntures ou até sua efetiva substituição, conforme aplicável, sendo que o término do exercício de suas funções, no caso de substituição, será formalizado por meio de aditamento à presente Escritura, devidamente arquivado na JUCESP.

9.3.6. Caso ocorra a efetiva substituição do Agente Fiduciário, esse substituto receberá a mesma remuneração recebida pelo Agente Fiduciário em todos os seus termos e condições, sendo que a primeira parcela devida ao substituto será calculada *pro rata temporis* a partir da data de início do exercício de sua função como agente fiduciário. Esta remuneração poderá ser alterada de comum acordo entre a Emissora e o agente fiduciário substituto, desde que previamente aprovada pela Assembleia Geral de Debenturistas.

9.3.7. Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos a respeito baixados por atos da CVM.

9.4. Deveres

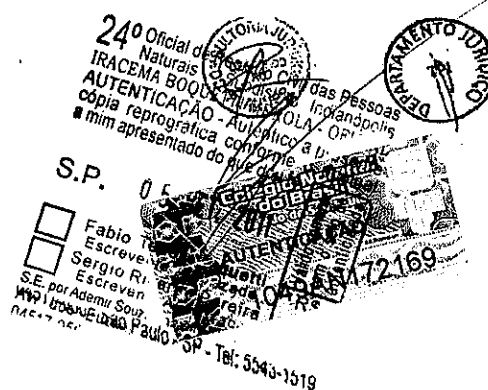
9.4.1. Além de outros previstos em lei, em ato normativo da CVM ou nesta Escritura, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- (a) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando, no exercício da função, o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração de seus próprios bens;




JUNTA

- (b) renunciar à função, na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- (c) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- (d) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando para que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- (e) promover, nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, o registro desta Escritura e respectivos aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes. Neste caso, o oficial do registro notificará a administração da Emissora para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários;
- (f) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- (g) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures, se for o caso;
- (h) verificar a regularidade da constituição das Garantias, bem como o valor dos bens dados em garantia, observando a manutenção de sua suficiência e exequibilidade;
- (i) examinar proposta de substituição de bens dados em garantia, quando a substituição estiver autorizada por esta Escritura, manifestando a sua expressa e justificada concordância ou discordância, conforme o caso;
- (j) intimar a Emissora a reforçar as Garantias, na hipótese de sua deterioração ou depreciação;
- (k) solicitar, quando julgar necessário para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas perante órgãos e entidades públicas e oficiais de registros públicos, dos distribuidores cíveis, das Varas de Fazenda Pública, dos Cartórios de Protesto, das Juntas de Conciliação e Julgamento e da Procuradoria da Fazenda Pública onde se localiza a sede do estabelecimento principal da Emissora;
- (l) solicitar, quando considerar necessário e desde que permitido pela legislação aplicável, auditoria extraordinária na Emissora, sendo que tal solicitação deverá ser acompanhada de relatório que fundamente a necessidade de realização da referida auditoria;
- (m) convocar, quando necessário, a Assembleia Geral de Debenturistas mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, nos órgãos de imprensa referidos na Cláusula 4.12 desta Escritura, respeitadas outras regras relacionadas à publicação constantes da Lei das Sociedades por Ações, da regulamentação aplicável e desta Escritura;
- (n) comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- (o) elaborar relatório anual destinado aos Debenturistas, nos termos da alínea "b" do parágrafo 1º do artigo 68 da Lei das Sociedades por Ações, o qual deverá conter, ao menos, as seguintes informações, sendo certo que a documentação necessária para a elaboração deste será enviada



de 30 (trinta) dias prévios ao en-

- 

240 Oficial de Registro Civil - Matrizes
Naturais - Subdistrito de São Paulo
IRACEMA BOQUETTI
AUTENTICAÇÃO -
cópia retrograda
a mim apresentado do que

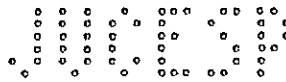
REPUBLICA DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE JUSTIÇA
DEPARTAMENTO JURÍDICO
AUTENTICAÇÃO

S.P. 05 SET. 1968

Fabio Tadeu Boquetti
Escrivente Autorizado
Sergio Ricardo Pereira
Escrivente Autorizado
S.E. por Ademir Souza dos Santos - AUX.
04517-050. São Paulo - Tel. 664-1111

RS

9AN172170



- (u) acompanhar a destinação dos recursos captados por meio da emissão das Debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;
- (v) acompanhar, diariamente, o cálculo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, disponibilizando-o aos Debenturistas e à Emissora em seu site (www.planner.com.br);
- (w) acompanhar com o Banco Mandatário, em cada Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios, o integral e pontual pagamento dos valores devidos, conforme estipulado nesta Escritura; e
- (x) conferir trimestralmente a manutenção dos Índices Financeiros previstos nas alíneas "m" e "n" da Cláusula 7.1 acima e informar imediatamente os Debenturistas qualquer descumprimento dos referidos Índices Financeiros.

9.5. Atribuições Específicas

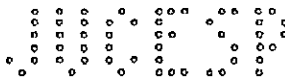
9.5.1. O Agente Fiduciário utilizará quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais, contra a Emissora, para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos Debenturistas e da realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora:

- (a) declarar, observadas as condições da presente Escritura, antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios;
- (b) observados os termos e condições desta Escritura, executar as Garantias, aplicando o produto da execução na amortização ou liquidação integral das obrigações da Emissora assumidas nos termos das Debêntures e desta Escritura;
- (c) tomar qualquer providência necessária para a realização dos créditos dos Debenturistas;
- (d) requerer a falência da Emissora; e
- (e) representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação, intervenção ou liquidação extrajudicial da Emissora.

9.5.2. O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nas alíneas "a" a "e" da Cláusula 9.5.1 acima se, convocada a Assembleia Geral de Debenturistas, esta assim o autorizar por deliberação da unanimidade dos titulares das Debêntures em Circulação, bastando, porém, a deliberação da maioria dos titulares das Debêntures em Circulação quando tal hipótese disser respeito ao disposto na alínea "e" da Cláusula 9.5.1 acima.

9.5.3. O Agente Fiduciário não emitirá qualquer tipo de opinião ou fará qualquer juízo sobre a orientação acerca de qualquer fato da Emissão que seja de competência de definição pelos Debenturistas, comprometendo-se tão-somente a agir em conformidade com as instruções que lhe forem transmitidas pelos Debenturistas. Neste sentido, o Agente Fiduciário não possui qualquer responsabilidade sobre o resultado ou sobre os efeitos jurídicos decorrentes do estrito cumprimento das orientações dos Debenturistas a ele transmitidas conforme definidas pelos Debenturistas e reproduzidas perante a Emissora, independentemente de eventuais prejuízos que venham a ser causados em decorrência disto aos Debenturistas ou à Emissora. A atuação do Agente Fiduciário limita-se ao escopo da Instrução CVM 28, e dos artigos aplicáveis da Lei das Sociedades por Ações, estando este isento, sob qualquer forma ou pretexto, de qualquer responsabilidade adicional que não tenha decorrido da legislação aplicável.





9.5.4. Os atos ou manifestações por parte do Agente Fiduciário, que criarem responsabilidade para os Debenturistas e/ou exonerarem terceiros de obrigações para com eles, somente serão válidos quando previamente assim deliberado pelos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral.

9.6. Remuneração do Agente Fiduciário

9.6.1. Será devida ao Agente Fiduciário pela Emissora, a título de honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da legislação em vigor e desta Escritura, remuneração de parcelas anuais de R\$16.000,00 (dezesesseis mil reais) cada uma, sendo a primeira parcela devida em até 3 (três) Dias Úteis após a assinatura desta Escritura e as demais parcelas no mesmo dia dos anos subsequentes até o vencimento da Emissão ou enquanto o Agente Fiduciário representar os interesses dos Debenturistas.

9.6.2. Na hipótese de ocorrer o cancelamento ou o resgate da totalidade das Debêntures em Circulação, o Agente Fiduciário fará jus somente à remuneração calculada *pro rata temporis* pelo período da efetiva prestação dos serviços, devendo restituir à Emissora a diferença entre a remuneração recebida e aquela a que fez jus.

9.6.3. A remuneração do Agente Fiduciário prevista na Cláusula 9.6.1 acima será devida mesmo após o vencimento final das Debêntures, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não sanadas pela Emissora.

9.6.4. O pagamento da remuneração do Agente Fiduciário será feito mediante crédito na conta corrente a ser indicada pelo Agente Fiduciário.

9.6.5. A remuneração devida ao Agente Fiduciário nos termos da Cláusula 9.6.1 acima será atualizada anualmente com base na variação percentual acumulada do IGP-M, ou na sua falta, pelo mesmo índice que vier a substituí-lo, a partir da data do primeiro pagamento, até as datas de pagamento seguintes, calculadas *pro rata die*, se necessário.

9.6.6. As parcelas citadas nas Cláusulas acima serão acrescidas dos seguintes impostos: ISS (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza), PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social), CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido), COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) e quaisquer outros impostos que venham a incidir sobre a remuneração do Agente Fiduciário, excetuando-se o Imposto de Renda, nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento.

9.6.7. Fica estabelecido que, na hipótese de vir a ocorrer a substituição do Agente Fiduciário, o substituído deverá repassar a parcela proporcional da remuneração inicialmente recebida sem a contrapartida do serviço prestado, calculada *pro rata temporis*, desde a data de pagamento da remuneração até a data da efetiva substituição, ao agente fiduciário substituto, como forma de remuneração dos serviços a serem por ele prestados.

9.6.8. Caso a Emissora não esteja adimplente com todas as suas obrigações assumidas nesta Escritura ou em caso de reestruturação prévia das condições das Debêntures após a subscrição, será devido ao Agente Fiduciário uma remuneração adicional correspondente a R\$500,00 (quinhentos reais) por hora-homem de trabalho dedicado: (i) à assessoria aos Debenturistas; (ii) ao comparecimento em reuniões com a Emissora e/ou com os Debenturistas; (iii) à implementação das consequentes decisões dos Debenturistas e da Emissora; e (iv) à execução das Garantias ou das Debêntures. A remuneração adicional deverá ser paga pela Emissora ao Agente Fiduciário no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis após a entrega do relatório demonstrativo de tempo dedicado, com o mínimo de R\$5.000,00 (cinco mil reais) por mês durante o período em que a Emissora permanecer nessa situação.





9.6.9. Em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida em decorrência da remuneração mencionada na Cláusula 9.6.1 acima, os débitos em atraso ficarão sujeitos a juros de mora calculados *pro rata temporis* desde a data do inadimplemento até a data do efetivo pagamento, pela taxa de 1% (um por cento) ao mês sobre o montante devido e não pago e multa moratória convencional, irredutível e de natureza compensatória de 2% (dois por cento) sobre o valor devido e não pago.

9.7. Despesas

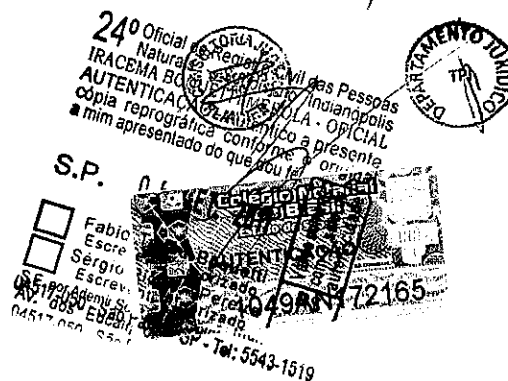
9.7.1. A Emissora ressarcirá o Agente Fiduciário de todas as despesas razoáveis e usuais que tenha, comprovadamente, incorrido para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos, inclusive honorários advocatícios, honorários de auditores independentes e outras despesas e custos incorridos em virtude da cobrança de qualquer quantia devida aos titulares das Debêntures nos termos desta Escritura, devendo ser, sempre que possível, previamente aprovadas pela Emissora.

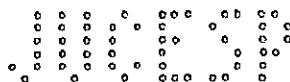
9.7.2. O ressarcimento a que se refere esta Cláusula 9.7 será efetuado, em 5 (cinco) Dias Úteis, após a realização da respectiva prestação de contas à Emissora mediante entrega das vias originais dos comprovantes de pagamento.

9.7.3. No caso de inadimplemento da Emissora, todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser, sempre que possível, previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas, e posteriormente, conforme previsto em lei, ressarcidas pela Emissora, desde que devidamente comprovadas. Tais despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais de ações propostas pelo Agente Fiduciário ou decorrentes de ações intentadas contra ele no exercício de sua função, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante da comunhão dos Debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário, na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 10 (dez) dias, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia prévia dos Debenturistas para cobertura do risco da sucumbência.

9.7.4. As despesas a que se refere esta Cláusula 9.7 compreenderão, inclusive, aquelas incorridas com:

- (a) publicação de relatórios, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura, e outras que vierem a ser exigidas por regulamentos aplicáveis;
- (b) extração de certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, varas da Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, Varas do Trabalho, Varas da Justiça Federal e da Procuradoria da Fazenda Pública do foro da sede da Emissora e despesas cartorárias e com correios quando necessárias ao desempenho da função de Agente Fiduciário, caso tenham sido previamente solicitadas à Emissora, em razão de motivo justificado;
- (c) locomoções entre Estados da Federação e respectivas hospedagens, e alimentação quando necessárias ao desempenho das funções; e
- (d) eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser imprescindíveis, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos Debenturistas.





9.7.5. O crédito do Agente Fiduciário por despesas que tenha feito para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos Debenturistas, que não tenha sido saldaado na forma descrita nas Cláusulas 9.7.1 e 9.7.2 acima, será acrescido à dívida da Emissora e gozará das mesmas garantias das Debêntures, preferindo a estas na ordem de pagamento.

CLÁUSULA X ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

À assembleia geral de debenturistas ("Assembleia Geral de Debenturistas" ou "Assembleia") aplicar-se-á ao disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações.

10.1. Convocação

10.1.1. A Assembleia Geral de Debenturistas pode ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, pela CVM ou por Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em Circulação.

10.1.2. A convocação se dará mediante anúncio publicado, pelo menos, 3 (três) vezes, nos órgãos de imprensa referidos na Cláusula 4.12 desta Escritura, respeitadas outras regras relacionadas à publicação de anúncio de convocação de assembleias gerais constantes da Lei das Sociedades por Ações, da regulamentação aplicável e desta Escritura.

10.1.3. As Assembleias Gerais de Debenturistas deverão ser realizadas, em primeira convocação, no prazo mínimo de 15 (quinze) dias contados da data da primeira publicação da convocação, ou, não se realizando a Assembleia Geral de Debenturistas em primeira convocação, em segunda convocação, em, no mínimo, 8 (oito) dias contados da data da publicação do novo anúncio de convocação.

10.1.4. As deliberações tomadas pelos Debenturistas, no âmbito de sua competência legal, observados os *quora* estabelecidos nesta Escritura, serão existentes, válidas e eficazes perante a Emissora e obrigarão a todos os titulares das Debêntures em Circulação, independentemente de terem comparecido à Assembleia ou do voto proferido na respectiva Assembleia Geral de Debenturistas.

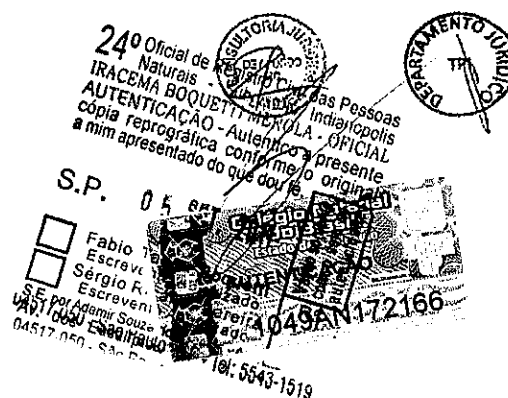
10.2. Quorum de Instalação

10.2.1. A Assembleia Geral de Debenturistas se instalará, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem a metade, no mínimo, das Debêntures em Circulação, e, em segunda convocação, com qualquer quorum.

10.2.2. Para efeito da constituição de todos e quaisquer dos *quora* de instalação e/ou deliberação da Assembleia Geral de Debenturistas previstos nesta Escritura, consideram-se "Debêntures em Circulação" todas as Debêntures subscritas, excluídas aquelas mantidas em tesouraria pela Emissora e as de titularidade de empresas controladas ou coligadas pela Emissora (diretas ou indiretas), controladoras (ou grupo de controle), sociedades sob controle comum, administradores ou conselheiros da Emissora, incluindo, mas não se limitando a, pessoas direta ou indiretamente relacionadas a qualquer das pessoas anteriormente mencionadas, até segundo grau.

10.3. Quorum de Deliberação

10.3.1. Nas deliberações das Assembleias Gerais de Debenturistas, a cada Debênture em Circulação caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, Debenturista ou não. Exceto pelo disposto na Cláusula 10.3.2 abaixo, ou os demais quoruns expressamente previstos em outras cláusulas desta





Escritura, todas as deliberações a serem tomadas em Assembleia Geral de Debenturistas dependerão de aprovação de Debenturistas representando, no mínimo, 66% (sessenta e seis por cento) das Debêntures em Circulação.

10.3.2. Não estão incluídos no quorum a que se refere a Cláusula 10.3.1 acima as seguintes alterações, que deverão ser aprovadas por Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação: (i) dos Juros Remuneratórios; (ii) do quorum de deliberação das Assembleias Gerais de Debenturistas; (iii) da vigência das Debêntures; e (iv) dos Eventos de Inadimplemento.

10.3.3. As alterações dos quora estabelecidos nesta Escritura e/ou das disposições estabelecidas nesta Cláusula 10.3 deverão ser aprovadas, seja em primeira convocação da Assembleia Geral de Debenturistas ou em qualquer outra subsequente, por Debenturistas que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação.

10.3.4. Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora nas Assembleias Gerais de Debenturistas, a não ser quando ela seja solicitada pelo Agente Fiduciário nos termos desta Escritura, hipótese em que será obrigatória.

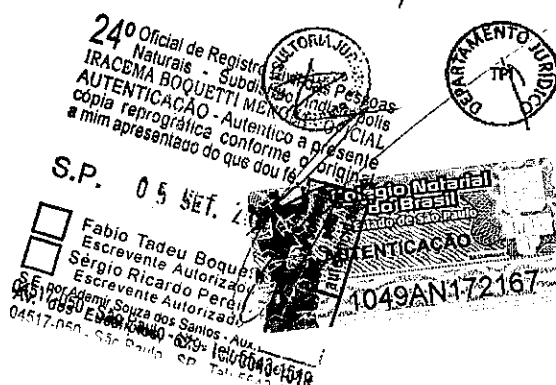
10.3.5. O Agente Fiduciário deverá comparecer às Assembleias Gerais de Debenturistas para prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

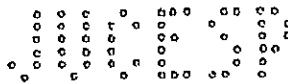
10.3.6. A presidência das Assembleias Gerais de Debenturistas caberá ao Debenturista eleito pelos Debenturistas presentes.

CLÁUSULA XI DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA EMISSORA

11.1. A Emissora declara e garante ao Agente Fiduciário, na data da assinatura desta Escritura, que:

- (a) é uma sociedade por ações devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de companhia fechada, de acordo com as leis da República Federativa do Brasil;
- (b) está devidamente autorizada a celebrar esta Escritura, a Escritura Pública de Alienação Fiduciária de Embarcação e o Contrato de Distribuição e a cumprir todas as obrigações nestes previstas, tendo, então, sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (c) os representantes legais que assinam esta Escritura têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor e efeito;
- (d) a celebração desta Escritura e do Contrato de Distribuição, a lavratura da Escritura Pública de Alienação Fiduciária de Embarcação e o cumprimento das obrigações previstas em tais instrumentos não infringem nenhuma disposição legal, contrato ou instrumento do qual seja parte, nem resultarão em (i) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer destes contratos ou instrumentos, ou (ii) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos;
- (e) as obrigações assumidas nesta Escritura e na Escritura Pública de Alienação Fiduciária de Embarcação constituem obrigações legalmente válidas e vinculantes da Emissora, exequíveis

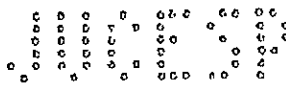




de acordo com os seus termos e condições, com força de título executivo extrajudicial nos termos do artigo 585 do Código de Processo Civil, exceto que sua execução poderá estar limitada por leis relativas à falência, insolvência, recuperação, liquidação ou leis similares afetando a execução de direitos de credores em geral;

- (f) detém todas as autorizações e licenças (inclusive ambientais) exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais relevantes para o exercício de suas atividades, estando todas elas válidas;
- (g) está cumprindo com todas as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios;
- (h) as demonstrações financeiras relativas aos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2010, e as demonstrações financeiras relativas aos trimestres findos em 31 de março de 2011 e 31 de março de 2010 apresentam de maneira adequada a situação financeira da Emissora nas aludidas datas e os resultados operacionais da Emissora referentes aos períodos encerrados em tais datas. Tais informações financeiras foram elaboradas de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos na República Federativa do Brasil, que foram aplicados de maneira consistente nos períodos envolvidos, e desde a data das demonstrações financeiras mais recentes, não houve nenhum efeito relevante adverso aos negócios, à situação financeira e aos resultados operacionais da Emissora, não houve qualquer operação envolvendo a Emissora fora do curso normal de seus negócios, que seja relevante para a Emissora, não houve qualquer alteração no capital social ou aumento substancial do endividamento da Emissora;
- (i) não tem conhecimento da existência de nenhuma ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou outro tipo de investigação governamental que possa vir a causar impacto substancial e adverso à Emissora, além daqueles mencionados nas demonstrações financeiras e informações trimestrais disponibilizadas pela Emissora;
- (j) os documentos e informações fornecidos ao Agente Fiduciário são materialmente corretos e estão atualizados até a data em que foram fornecidos e incluem os documentos e informações relevantes para a tomada de decisão de investimento sobre a Emissora, tendo sido disponibilizadas informações sobre as transações relevantes da Emissora, bem como sobre os direitos e obrigações materialmente relevantes delas decorrentes;
- (k) não omitiu ou omitirá nenhum fato, de qualquer natureza, que seja de seu conhecimento e que possa resultar em alteração substancial adversa das suas situações econômico-financeira ou jurídica, em prejuízo dos Investidores Qualificados interessados em adquirir as Debêntures;
- (l) não tem nenhuma ligação com o Agente Fiduciário que impeça o Agente Fiduciário de exercer, plenamente, suas funções com relação a esta Emissão;
- (m) não tem conhecimento de fato que impeça o Agente Fiduciário de exercer, plenamente, suas funções, nos termos da Lei das Sociedades por Ações e demais normas aplicáveis, inclusive regulamentares;
- (n) está adimplente com o cumprimento das obrigações constantes desta Escritura e da Escritura Pública de Alienação Fiduciária de Embarcação;
- (o) tem plena ciência de que, nos termos do artigo 9º da Instrução CVM 476, não poderá realizar outra oferta pública da mesma espécie de valores mobiliários dentro do prazo de 4 (quatro)





meses contados da data da comunicação à CVM do encerramento da Oferta, a menos que a nova oferta seja submetida a registro na CVM; e

- (p) as informações prestadas no âmbito da Oferta são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes para que os Investidores Qualificados interessados em adquirir as Debêntures tenham conhecimento da Emissora, suas atividades e sua situação financeira, além dos riscos à suas atividades e quaisquer outras informações relevantes à tomada de decisões dos Investidores Qualificados interessados em adquirir as Debêntures, na extensão exigida pela legislação aplicável.

11.2. A Fiadora declara e garante ao Agente Fiduciário, na data da assinatura desta Escritura, que:

- (a) é uma sociedade por ações devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de companhia aberta, de acordo com as leis da República Federativa do Brasil;
- (b) está devidamente autorizada a celebrar esta Escritura e a cumprir todas as obrigações aqui previstas, tendo, então, sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (c) os representantes legais que assinam esta Escritura têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor e efeito;
- (d) esta Escritura constitui uma obrigação legal, válida e eficaz da Fiadora, exigível de acordo com os seus respectivos termos;
- (e) a celebração desta Escritura e o cumprimento das obrigações aqui previstas não infringem nenhuma disposição legal, contrato ou instrumento do qual seja parte, nem resultará em (i) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida nesta Escritura, ou (ii) rescisão desta Escritura;
- (f) não tem conhecimento da existência de nenhuma ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou outro tipo de investigação governamental que possa afetar adversamente as obrigações assumidas nesta Escritura pela Fiadora;
- (g) a celebração desta Escritura é compatível com a capacidade econômica, financeira e operacional da Fiadora de forma que a execução da Garantia Fidejussória prevista nesta Escritura, não deverá acarretar qualquer impacto negativo na capacidade econômica, financeira e operacional, ou na sua capacidade de honrar quaisquer compromissos e obrigações; e
- (h) a Garantia Fidejussória, após o registro desta Escritura no competente Cartório de Registro de Títulos e Documentos, nos termos previstos nesta Escritura, constituirá em favor dos Debenturistas um direito de garantia válido, eficaz, exigível e exequível.

Handwritten signature

240 Oficial de Registro Civil das Pessoas Naturais - Subdistrito de São Paulo
IRACEMA BOQUETTI MEROLA - Oficial
AUTENTICAÇÃO - Autentica a presente
cópia reprográfica conforme o original
a mim apresentado do que dou fé

S.P. 05 SET. 2011

Fabio Tadeu Boqueiro
Escriturante Autorizado
Sérgio Ricardo Peres
Escriturante Autorizado
S.E. por Ademir Souza dos Santos - 11/09/2011
04517.000 - São Paulo - SP - Tel. 11-3243-1519

049AN172161

DEPARTAMENTO JURÍDICO

CLÁUSULA XII
DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. Comunicações

12.1.1. Quaisquer notificações, instruções ou comunicações a serem realizadas por qualquer das Partes em virtude desta Escritura deverão ser encaminhadas para os seguintes endereços:

Para a Emissora:

Maestra Navegação e Logística S.A.

Rua Gomes de Carvalho, nº 1507, conjunto 21, 2º andar

04547-000 – São Paulo, SP

At.: Sr. Fernando Real

Tel.: (11) 2388-5100

Fax: (11) 2388-5100

E-mail: fernando.real@maestralogistica.com

Com cópia para:

Sandro Antonio de Lima

Tel.: (11) 2169-3999

Fax: (11) 2169-3999

E-mail: sandro.lima@triunfo.com

Para a Fiadora:

Triunfo Participações e Investimentos S.A.

Rua Olimpíadas, nº 205, 14º andar, conjunto 1402

04551-000 – São Paulo, SP

At.: Sra. Paula Paulozzi Villar

Tel.: (11) 2169-3999

Fax: (11) 2169-3999

E-mail: paula.villar@triunfo.com

Para as Garantidoras:

Maestra Shipping LLP

Rua Olimpíadas, nº 205, 14º andar, conjunto 1402

04551-000 – São Paulo, SP

At.: Sra. Paula Paulozzi Villar

Tel.: (11) 2169-3999

Fax: (11) 2169-3999

E-mail: paula.villar@triunfo.com

Vessel-Log Companhia Brasileira de Navegação e Logística S.A.

Rua Olimpíadas, nº 205, 14º andar, conjunto 1402

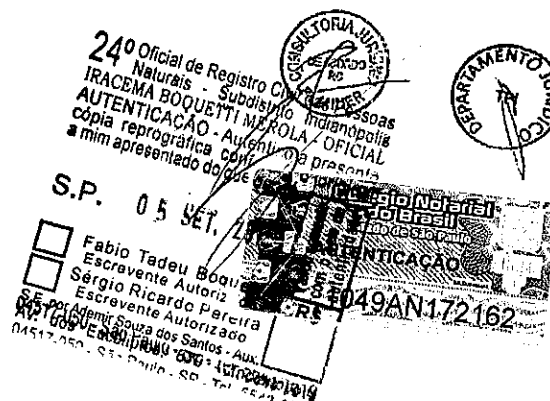
04551-000 – São Paulo, SP

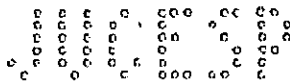
At.: Sra. Paula Paulozzi Villar

Tel.: (11) 2169-3999

Fax: (11) 2169-3999

E-mail: paula.villar@triunfo.com





Para o Agente Fiduciário:

Planner Trustee Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3900, 10º andar
04538-132 – São Paulo, SP

At.: Sra. Viviane Rodrigues

Tel.: (11) 2172-2628

Fax: (11) 3078-7264

E-mail: vrodrigues@plannercorrectora.com.br

Para o Banco Mandatário ou Instituição Escrituradora:

Itaú Unibanco S.A.

Avenida Engenheiro Armando de Arruda Pereira, nº 707, 7º andar

04309-010 - São Paulo, SP

At.: Sra. Cláudia Aparecida Germano Vasconcellos / Sr. Dalmir Coelho

Tel.: (11) 5029-1910 / (11) 5029-4610

Fax: (11) 5029-1920

E-mail: claudia.vasconcellos@itau-unibanco.com.br / dalmir.coelho@itau-unibanco.com.br

Para a CETIP:

CETIP S.A. – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos

Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1.663, 4º andar

01452-001 – São Paulo, SP

At.: Gerência de Valores Mobiliários

Tel: (11) 3111-1596

Fax: (11) 3111-1564

E-mail: gr.debentures@cetip.com.br

12.1.2. As notificações, instruções e comunicações referentes a esta Escritura serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com “aviso de recebimento” expedido pela Empresa Brasileira de Correios, ou por telegrama nos endereços acima e, se enviada por fac-símile ou por correio eletrônico, na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado por meio de recibo emitido pelo remetente. Os respectivos originais dos documentos enviados por fac-símile ou por e-mail deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 2 (dois) Dias Úteis após o envio da mensagem.

12.1.3. A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser imediatamente comunicada às demais Partes pela Parte que tiver seu endereço alterado.

12.2. Renúncia

12.2.1. Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes desta Escritura. Desta forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba ao Agente Fiduciário e/ou aos Debenturistas em razão de qualquer inadimplemento da Emissora prejudicará tais direitos, faculdades ou remédios, ou será interpretado como constituindo uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

12.3. Veracidade da Documentação

12.3.1. Sem prejuízo do dever de diligência do Agente Fiduciário, o Agente Fiduciário assumirá que os documentos originais ou cópias autenticadas de documentos encaminhados pela Emissora ou por terceiros a seu pedido não foram objeto de fraude ou adulteração. O Agente Fiduciário não será ainda,



elaboração de documentos sob
arguente da Emissora elaborá-lo

12.4. Independência das Disposições da Escritura e Interpretação dos Títulos das Cláusulas

12.5. Título Executivo Extrajudicial e Execução Específica

12.6. Cômputo do Prazo

12.7. Atualização de Valores

12.8. Despesas

12.9. Lei Aplicável

240 Oficial de Registro
Naturais - Subdivisão das Pessoas
TRACEMA BOQUETTI MENEZES
AUTENTICACAO - Autentica e reconhece
a mim apresentado do que o original
Oficial

JULIATA JURIDICA

DEPARTAMENTO JURIDICO

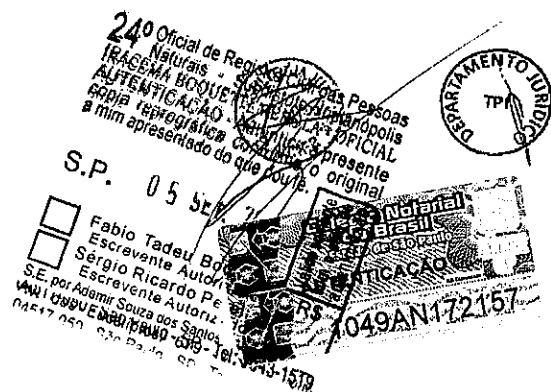
S.P. 0556 201

Fábio Tadeu Boquetti
Escrivente Autorizado
Sérgio Ricardo Pereira
Escrivente Autorizado
S.E. por Ademir Souza dos Santos, Aux
AV. Irmão José de São Paulo, 670 - 1049AN-172164
04517-050 - São Paulo, SP - Tel. 444-1519

Ofício Nacional
do Brasil
Estado de São Paulo

AUTENTICACAO

1049AN172164



1003

(Página de Assinatura 1/4 do Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quilôgrafia, com Garantias Adicionais Real e Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Maestra Navegação e Logística S.A.)

MAESTRA NAVEGAÇÃO E LOGÍSTICA S.A.

Nome: **Fernando Real Alves da Silva**
Cargo: **Diretor Presidente**

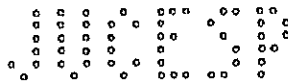
Nome: **SANDRO ANTONIO DE LIMA**
Cargo: **TPI - Triunfo Participações e Investimentos S.A.
Diretor Administrativo e Financeiro**

24º Oficial de Registro de Pessoas Naturais - Substituído em Indaiatuba
IRACEMA BOQUETTI DE LIMA - OFICIAL
AUTENTICAÇÃO - Autentico a presente
cópia reprográfica conforme a presente
a mim apresentado do que dou fé

S.P. 05 SET. 2018

☐ Fabio Tadeu Boquetin
Escritor Autorizado
☐ Sérgio Ricardo Pereira
Escritor Autorizado
S.E. por Ademir Souza dos Santos - Aux.
04517.060 - São Paulo - SP - Tel: 11-3175-4318

4049AN172158



(Página de Assinatura 3/4 do Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, de Espécie Quilôgrafia, com Garantias Adicionais Real e Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, da Maestra Navegação e Logística S.A.)

TPI - TRIUNFO PARTICIPAÇÕES E INVESTIMENTOS S.A.

Nome: SANDRO ANTONIO DE LIMA
Cargo: TPI - Triunfo Participações e Investimentos S.A.
Diretor Administrativo e Financeiro

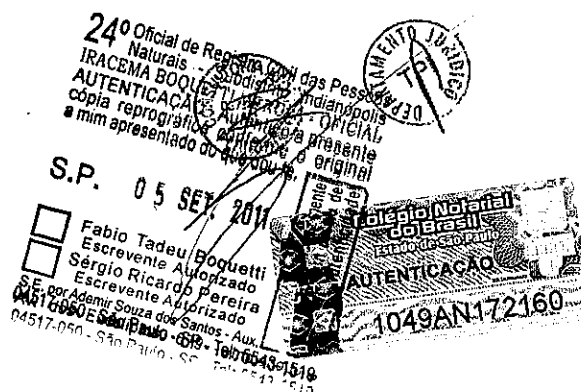
Nome: Ana Cristina Carvalho
Cargo: TPI - Triunfo Participações e Investimentos S.A.
Diretora de Relações com Investidores

VESSEL-LOG COMPANHIA BRASILEIRA DE NAVEGAÇÃO E LOGÍSTICA S.A.

Nome: Paula Paulozzi Villar
Cargo: Diretora

Paula Paulozzi Villar
CPF. 293.378.738-50
OAB/SP 201.510

Nome: Dorival Pagani Junior
Cargo: Diretor
CPF. 879.567.139-00
RG. 4.619.140-4 SSP/PR



MAESTRA

(Página de Assinatura 4/4 do Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantias Adicionais Real e Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, da Maestra Navegação e Logística S.A.)

MAESTRA SHIPPING LLP

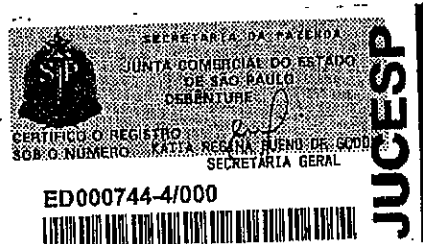
Nome: MAESTRA SHIPPING LLP
Cargo: Fernando Real Alves da Silva
Chief Executive Officer

Nome: SANDRO ANTONIO DE LIMA
Cargo: TPI - Tíunfo Participações e Investimentos S.A.
Diretor Administrativo e Financeiro

Testemunhas:

Nome: Carlo La Selva
CPF: RG: 36542260-5-SSP/SP
CPF: 229.791.688-40

Nome: Verônica de Lima Arias
CPF: RG: 25146491X-SSP/SP
CPF: 329.037.498-09



ANEXO I
MODELO DE ADITAMENTO À ESCRITURA

[--] ADITAMENTO AO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA PRIMEIRA EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, COM GARANTIAS ADICIONAIS REAL E FIDEJUSSÓRIA, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA MAESTRA NAVEGAÇÃO E LOGÍSTICA S.A.

Pelo presente instrumento,

MAESTRA NAVEGAÇÃO E LOGÍSTICA S.A., sociedade por ações de capital fechado com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Gomes de Carvalho, nº 1.507, conjunto 21, 2º andar, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 11.061.290/0001-08, neste ato representada por seu(s) representante(s) legal(is) devidamente autorizado(s) e identificado(s) nas páginas de assinaturas do presente instrumento ("Emissora" ou "Companhia"); e

PLANNER TRUSTEE DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA., sociedade limitada com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.900, 10º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 67.030.395/0001-46, neste ato representada por seu(s) representante(s) legal(is) devidamente autorizado(s) e identificado(s) nas páginas de assinaturas do presente instrumento, representando a comunhão de titulares das Debêntures objeto da presente Emissão ("Agente Fiduciário");

e, na qualidade de intervenientes anuentes,

TPI TRIUNFO PARTICIPAÇÕES E INVESTIMENTOS S.A., sociedade por ações de capital aberto, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Olímpíadas, nº 205, 14º andar, conjunto 1.403, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.014.553/0001-91, neste ato representada por seu(s) representante(s) legal(is) devidamente autorizado(s) e identificado(s) nas páginas de assinaturas do presente instrumento ("Fiadora");

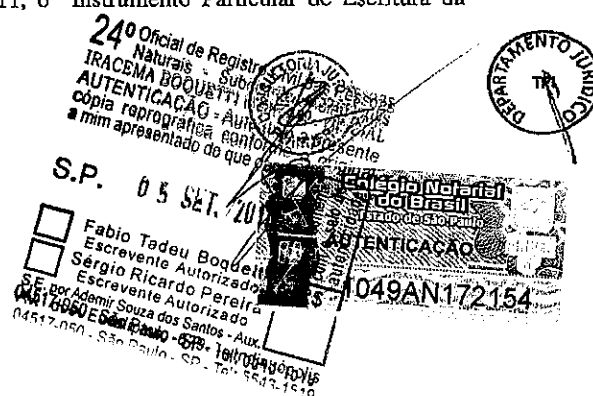
VESSEL-LOG COMPANHIA BRASILEIRA DE NAVEGAÇÃO E LOGÍSTICA S.A., sociedade por ações de capital fechado, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Olímpíadas, nº 205, 14º andar, conjunto 1.402, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 11.055.041/0001-00, neste ato representada por seu(s) representante(s) legal(is) devidamente autorizado(s) e identificado(s) nas páginas de assinaturas do presente instrumento ("Vessel-Log"); e

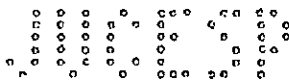
MAESTRA SHIPPING LLP, sociedade limitada (*limited liability partnership*) constituída sob as leis da Inglaterra e País de Gales, com sede em Invision House, Wilbury Way, Hitchin, Hertfordshire SG4 0TW, Inglaterra, neste ato representada por seu(s) representante(s) legal(is) devidamente autorizado(s) e identificado(s) nas páginas de assinaturas do presente instrumento ("Maestra Shipping" e em conjunto com a Vessel-Log, "Garantidoras");

sendo a Emissora, o Agente Fiduciário, a Fiadora e as Garantidoras doravante designados, em conjunto, como "Partes" e, individual e indistintamente, como "Parte";

CONSIDERANDO QUE:

- (i) as Partes celebraram, em 13 de julho de 2011, o "Instrumento Particular de Escritura da





Primeira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, Com Garantias Adicionais Real e Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, da Maestra Navegação e Logística S.A. ("Escritura"), o qual rege os termos e condições da distribuição pública, com esforços restritos de colocação, de 80 (oitenta) debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantias adicionais real e fidejussória, em série única, da primeira emissão da Companhia ("Oferta" ou "Emissão" e "Debêntures", respectivamente);

(ii) conforme previsto na Cláusula 4.1.3.1 da Escritura, as Debêntures serão automaticamente convoladas da espécie quirografária para a espécie com garantia real a partir do momento em que a Alienação Fiduciária de Embarcação ou a Hipoteca de Embarcação for devidamente constituída.

(iii) a [Alienação Fiduciária de Embarcação / Hipoteca de Embarcação] foi devidamente constituída, em [data] por meio da [averbação da Escritura Pública de Alienação Fiduciária de Embarcação na Capitania dos Portos de Itajaí e no Tribunal Marítimo / da averbação dos Documentos de Hipoteca Naval perante as autoridades competentes da Libéria (*Liberian International Ship & Corporate Registry*)];

(iv) conforme previsto na Cláusula 4.1.3.2 da Escritura, não será necessária a realização de Assembleia Geral de Acionistas da Emissora ou de Assembleia Geral de Debenturistas para aprovação da referida convolação e celebração do presente aditamento; e

(v) as Partes, em conjunto, decidiram alterar a Escritura, de forma a refletir e formalizar a convolação da espécie das Debêntures de quirografária para com garantia real, nos termos aqui dispostos;

RESOLVEM as Partes aditar e consolidar a Escritura, por meio do presente "[...] Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantias Adicionais Real e Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, da Maestra Navegação e Logística S.A." ("Aditamento"), mediante as cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA I DEFINIÇÕES

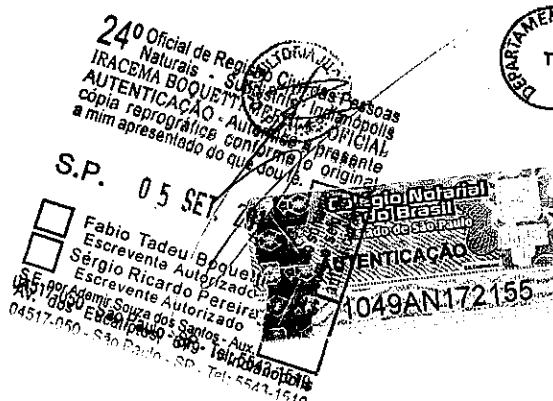
1.1. Os termos aqui iniciados em letra maiúscula, estejam no singular ou no plural, que não estejam expressamente definidos neste Aditamento, terão o significado a eles atribuído na Escritura.

CLÁUSULA II ALTERAÇÕES

2.1. As partes decidem alterar o título da Escritura, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA PRIMEIRA EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, COM GARANTIA ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA MAESTRA NAVEGAÇÃO E LOGÍSTICA S.A."

2.2. As partes decidem alterar a Cláusula 4.1.3 da Escritura, que passa a vigorar com a seguinte redação:



ração da espécie com garantia real.

2.3. As partes decidem excluir as Cláusulas 4.1.3.1, 4.1.3.2 e 4.1.3.3 da Escritura, tendo em vista que tais Cláusulas tornaram-se superadas com a celebração do presente Aditamento.

CLÁUSULA III DISPOSIÇÕES GERAIS

3.1. Todos os demais termos e condições da Escritura que não tenham sido expressamente alterados pelo presente Aditamento são neste ato ratificados e permanecem em pleno vigor e efeito. Dessa forma, a Escritura consolidada passa a vigorar conforme disposto no Anexo I.

3.2. A Emissora declara e garante ao Agente Fiduciário que todas as declarações e garantias previstas na Cláusula 11.1 da Escritura permanecem verdadeiras, corretas e plenamente válidas e eficazes na data de assinatura deste Aditamento.

3.3. O Agente Fiduciário declara à Emissora que todas as declarações previstas na Cláusula 9.2 da Escritura permanecem verdadeiras, corretas e plenamente válidas e eficazes na data de assinatura deste Aditamento.

3.4. Fica eleito o foro da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas deste Aditamento, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Estando assim, as Partes, certas e ajustadas, firmam o presente instrumento, em 5 (cinco) vias de igual teor e forma, juntamente com 2 (duas) testemunhas, que também o assinam.

São Paulo, [data].

[O RESTANTE DA PÁGINA FOI INTENCIONALMENTE DEIXADO EM BRANCO]

[illegible]

(Página de Assinaturas do [--] Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, da Maestra Navegação e Logística S.A., celebrado em [--])

MAESTRA NAVEGAÇÃO E LOGÍSTICA S.A.

Nome:
Cargo:

Nome:
Cargo:

PLANNER TRUSTEE DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.

Nome:
Cargo:

Nome:
Cargo:

TPI - TRIUNFO PARTICIPAÇÕES E INVESTIMENTOS S.A.

Nome:
Cargo:

Nome:
Cargo:

VESSEL-LOG COMPANHIA BRASILEIRA DE NAVEGAÇÃO E LOGÍSTICA S.A.

Nome:
Cargo:

Nome:
Cargo:

MAESTRA SHIPPING LLP

Nome:
Cargo:

Nome:
Cargo:

Testemunhas:

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:

24º Oficial de Registro Civil das Pessoas Naturais
IRACEMA BOQUETI PEREIRA - Oficial
AUTENTICAÇÃO - Autentico a cópia reprográfica conferida a mim apresentada do ()
S.P. 05 SET 2011
Fabio Tadeu Bonfatti
Escriturante Autorizado
Sérgio Ricardo Pereira
Escriturante Autorizado
S.E. por Ademir Souza dos Santos - Aux.
04517-050 - São Paulo - SP - Tel. 5513.1510

